

Documento de Área

Enfermagem

Área 20

Coordenadora da Área:

Ana Karina Bezerra Pinheiro

Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos:

Agnes Olschowsky

Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais:

Luciana Mara Monti Fonseca

2025 – 2028

SUMÁRIO

PREÂMBULO	5
ESTADO DA ARTE	6
1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS	16
1.1 Inovações, transformações e propostas.....	16
1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior.....	16
1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas.....	17
1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)	18
1.5 Visão da área sobre a modalidade de ensino à distância	19
1.6 Visão da área sobre a modalidade profissional	21
1.7 Visão da área sobre formas associativas.	22
1.8 A interdisciplinaridade na área.....	22
1.9 Visão da área sobre processos híbridos de ensino-aprendizagem	23
2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL.....	25
2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos.....	25
2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual.....	26
2.3 Perspectivas da área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência aberta	31
3 IMPACTO	32
3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade.....	32
3.1.1 Impacto tecnológico	32
3.1.2 Impacto Econômico.....	34
3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas (internacionalização incluída). Popularização da Ciência.....	35
3.3 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade.....	36

4	CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA	37
5	EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE.....	39
5.1	Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.....	39
5.2	Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI).....	40
5.3	Visão da área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade.....	41
6	ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS	43
6.1	Visão da Área sobre fusão, desmembramento, migração, mudanças de nome, de área básica e de modalidade.....	43
7	OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA	44

Considerações da Diretoria de Avaliação

Neste documento a Área de Avaliação apresenta as diretrizes específicas que irão nortear as instituições de ensino superior sobre a avaliação e o acompanhamento dos programas de pós-graduação a ela vinculados. Essas diretrizes foram construídas de acordo com os critérios próprios da Área em constante diálogo com a sua comunidade. Para além disso, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) definiu diretrizes e procedimentos comuns para a avaliação da pós-graduação *stricto sensu* e as áreas de avaliação e os programas devem observar as normas dispostas na legislação vigente e no documento referencial “Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação *stricto sensu*” disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028>

PREÂMBULO

Este documento apresenta considerações sobre o futuro da Área de Avaliação e discorre conceitualmente sobre o caráter indutor do processo avaliativo da Capes, que tem por meta ampliar as perspectivas de impacto dos Programas na sociedade, por meio da busca de uma maior qualidade na formação de Mestres e Doutores e aumento da produção intelectual altamente qualificada. Juntamente com outros documentos, como a Ficha de Avaliação e o Documento Orientador de APCN, constituem a base dos diferentes processos de avaliação da Capes.

Destaca-se o papel da pós-graduação na indução de iniciativas acadêmicas que fortaleçam a democracia, a luta pela superação das profundas desigualdades sociais e contribuições para o alcance aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS são uma iniciativa global lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável, cujos objetivos sumarizam um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir que todas as pessoas tenham acesso a oportunidades e bem-estar, de forma equitativa e sustentável.

Nesse contexto, a Área se posiciona para a formação de recursos humanos e produção de conhecimentos que devem problematizar a realidade e estar em sintonia com as respostas demandadas pela sociedade às principais questões que a afligem e que sejam fundamentos para um desenvolvimento social cujo foco sejam as pessoas e as suas necessidades. Estimula-se que os programas de pós-graduação da área da Enfermagem participem das lutas sociais, democratizem os saberes nela produzidos por meio de práticas pedagógicas que valorizam a diversidade.

A Área apoia fortemente as ações de inclusão das mulheres no desenvolvimento da pesquisa e da educação no país. Os programas devem dirimir esforços no sentido de prevenir a desistência das mulheres na vida acadêmica, visto que têm o suporte legal para prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, bem como a vigência de bolsas de estudo, em virtude de maternidade, paternidade e guarda de menores. Na avaliação de permanência, para efeitos de uso em quaisquer denominadores que incluam docentes permanentes, discentes e egressos, ficam excluídas mães e pessoas em situação de monoparentalidade, por quatro anos a partir do nascimento/adoção. Para a avaliação quadrienal (2025-2028), a exclusão poderá retroagir a 2023. Para efeitos de uso em quaisquer denominadores que incluam docentes permanentes, ficam excluídos os professores que obtiveram licença formal de saúde de sua instituição por, no máximo, 12 meses.

A Área, ainda, no sentido de fortalecer a Pós-Graduação em Enfermagem brasileira, apoia os Programas de Pós-Graduação no credenciamento de novos docentes permanentes, excluindo-os de quaisquer denominadores na primeira avaliação

quadrienal após o credenciamento, estes recém-credenciados serão denominados de Jovens Docentes Permanentes (JDP).

ESTADO DA ARTE

No biênio 2021 e 2022, a Área de Enfermagem estava constituída por 78 Programas, sendo 37 mestrados e doutorados, 2 mestrados e doutorados profissionais, 15 mestrados acadêmicos, 22 mestrados profissionais e 2 doutorados. Sobre os cursos, eram 117, destes, 52 mestrados, 39 doutorados, 24 mestrados profissionais e 2 doutorados profissionais. Assim, a Área apresentava-se com 70,51% dos Programas na modalidade acadêmica e 29,49% na modalidade profissional. Dos Programas, a Área tem apenas dois em associação.

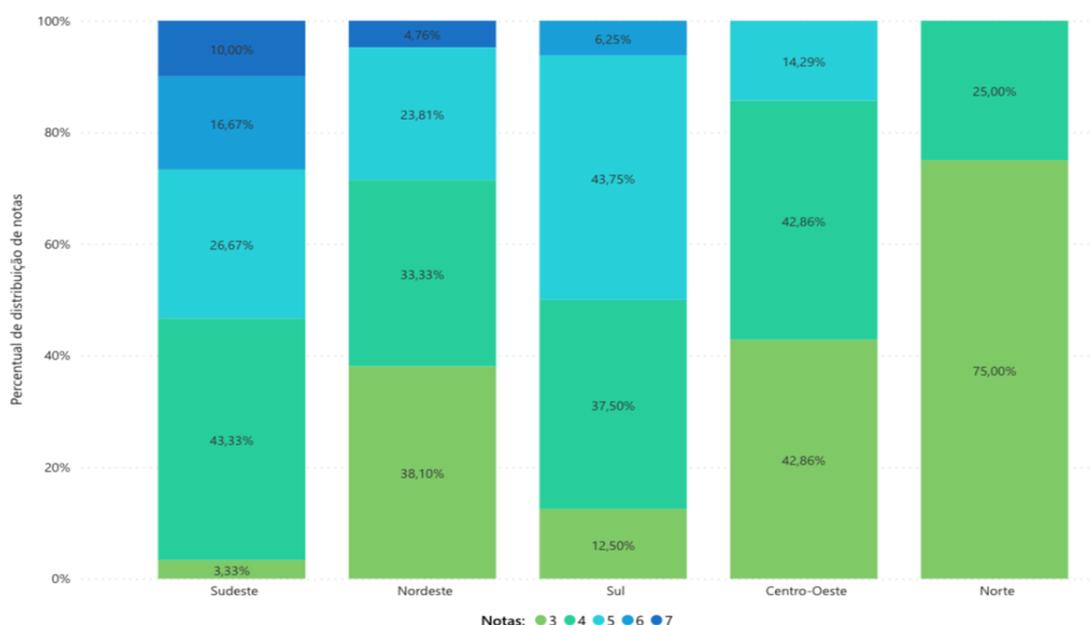


Figura 1. Distribuição dos Programas de Pós-Graduação da Área de Enfermagem por nota e região geográfica. Setembro de 2024¹.

A Figura 1 mostra que a região Sudeste apresenta maior concentração de Programas de Pós-Graduação de excelência na Área de Enfermagem. O menor número de Programas e com a menor qualificação encontra-se na região Norte. Um dos desafios da Área de Enfermagem é reduzir as diferenças inter-regionais, intrarregionais e estaduais.

A Figura 2 apresenta os dados referentes à evolução dos Programas de Pós-Graduação da Área de Enfermagem de 2013 a 2022. Observa-se crescimento do total de Programas de 2013 a 2019 e estabilização do quantitativo a partir de 2020 (117 cursos).

¹ Fonte de dados: <https://capes.gov.br/paineisdapos>

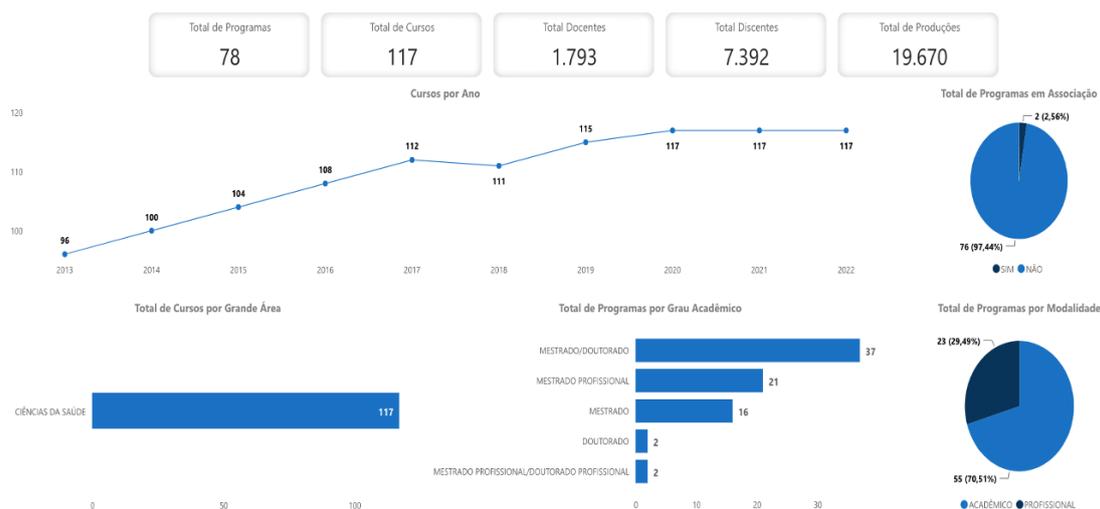


Figura 2. Evolução do número de Cursos de Pós-Graduação da Área de Enfermagem por ano. 2013 a 2022².

A Área da Enfermagem finaliza o ano de 2024 com 86 programas de pós-graduação, sendo 58 programas e 99 cursos na modalidade acadêmica, dentre elas, a interiorização de doutorados nas regiões Norte e Nordeste e; 28 programas e 36 cursos na modalidade profissional, dentre esses, somam-se hoje oito PPG com doutorado profissional, sendo um deles na região Norte, um na região nordeste e outro na região Centro-Oeste.

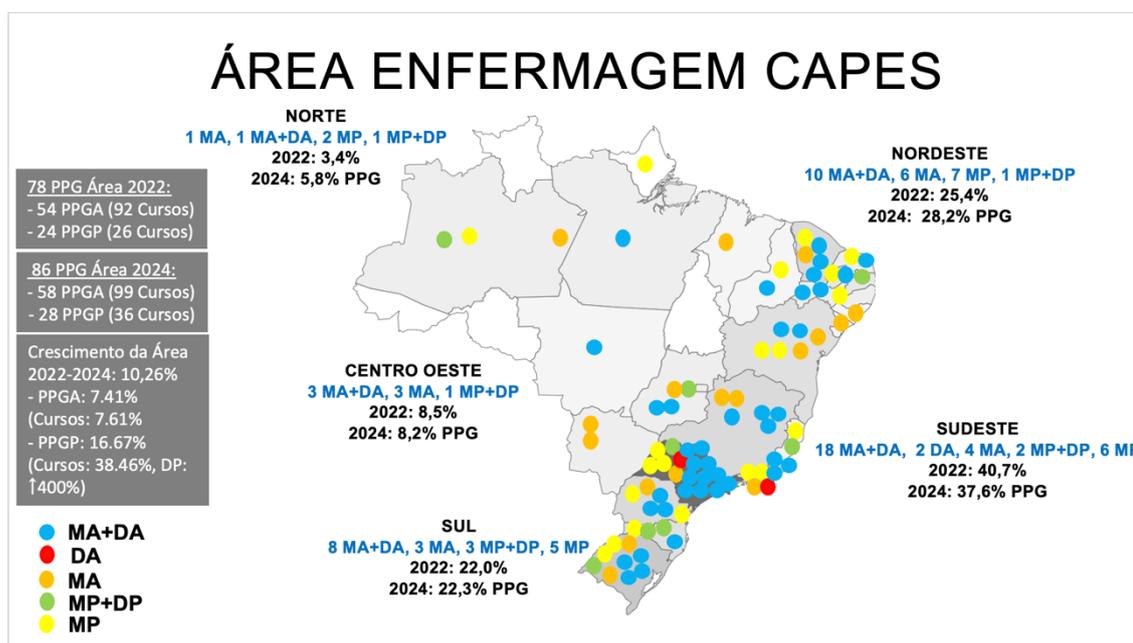


Figura 3. Distribuição de Cursos de Pós-Graduação da Área de Enfermagem. Dezembro, 2024³.

Esse quantitativo indica a potência da Enfermagem na formação de recursos humanos de alto nível. Ganha destaque nesse cenário, a diversidade encontrada, há diferentes

² Fonte de dados: <https://capes.gov.br/paineisdapos>

³ Fonte de dados: <https://capes.gov.br/paineisdapo>

níveis do desenvolvimento dos PPG que impactam na formação de mestres e doutores, na produção científica e na internacionalização e interiorização de seus resultados e impacto na sociedade.

Há um movimento interessante sentido pela Área da Enfermagem nos PPG em associação, que pode representar aumento da maturidade dos grupos de pesquisadores. Os PPG ofertados na forma associativa, em sua criação, vislumbraram o desenvolvimento e a expansão da área de conhecimento, redução de assimetrias e indução da criação de PPG em instituições com poucos ou nenhum curso de mestrado ou doutorado. Essa parceria com programas e instituições mais experientes, compartilhando as responsabilidades, os docentes permanentes e colaboradores e infraestruturas, tem sido repensado pelas IES envolvidas. Atualmente, os PPG associados da Área têm apresentado suas expectativas de desmembramento para a criação de dois PPG singulares, o que pode significar para a Área aumento de PPG de grupos já experientes.

Referente a assimetria, há ainda, a necessidade de (re) pensar em como os grupos mais interiorizados chegarão à maturidade científica e, em como minimizar a pouca permanência de jovens talentos nessas áreas. Há, sem dúvida, a necessidade de maior financiamento aos PPG mais novos e àqueles que permanecem com mesmo conceito após duas avaliações. Do mesmo modo, há necessidade de mais parcerias entre os PPG e grupos mais experientes com os de menor maturidade científica, seja por meio de PCI (Dinter), seja por meio de pesquisas em colaboração, auxiliando na interiorização para melhoria da massa crítica e, ainda, na internacionalização dos PPG.

Pensar minimização das assimetrias perpassa, por sustentar as excepcionalidades e as políticas de indução, de ações afirmativas e de recursos ao desenvolvimento dos PPG recém-aprovados e crescimento dos existentes, ou seja, no processo de expansão e consolidação da pós-graduação brasileira.

Especialmente a região Sudeste, que nas décadas de 1970 a 1990, historicamente foi responsável pela expansão e desenvolvimento da PPG da Área no país, sendo criados os primeiros PPG e, que na atualidade, concentra grande número de programas e, conseqüente vagas para essa formação, preparando doutores nesta e demais regiões do país. Tal fato, possibilitou a descentralização da formação de alto nível nos diferentes estados, ocasionando ociosidade de vagas inclusive no Sudeste do país.

Em oposição, observa-se que nos estados do Norte, interior do Nordeste e Centro-oeste que há baixa densidade de PPG e, portanto, pequeno número de vagas ofertadas para grandes demandas, onde há, muitas vezes, incipientes bolsas e fomento. Esta situação traduz-se na urgência de se reinventar a formação de alto nível *stricto sensu* na região Sudeste, como a possibilidade de fusão de programas existentes.

O corpo discente dos Programas da Área da Enfermagem aumentou progressivamente de 2013 até a atualidade, totalizando 7.392 estudantes em 2022 (Figura 4). Ao comparar o número atual de discentes com o número no Seminário de Meio Termo do quadriênio

anterior (2019), verificou-se que o quantitativo cresceu 11,74%, mesmo com as intercorrências relativas à pandemia que poderiam afetar os indicadores de ingresso e evasão na Área da Enfermagem, os dados evidenciam que não impactou.

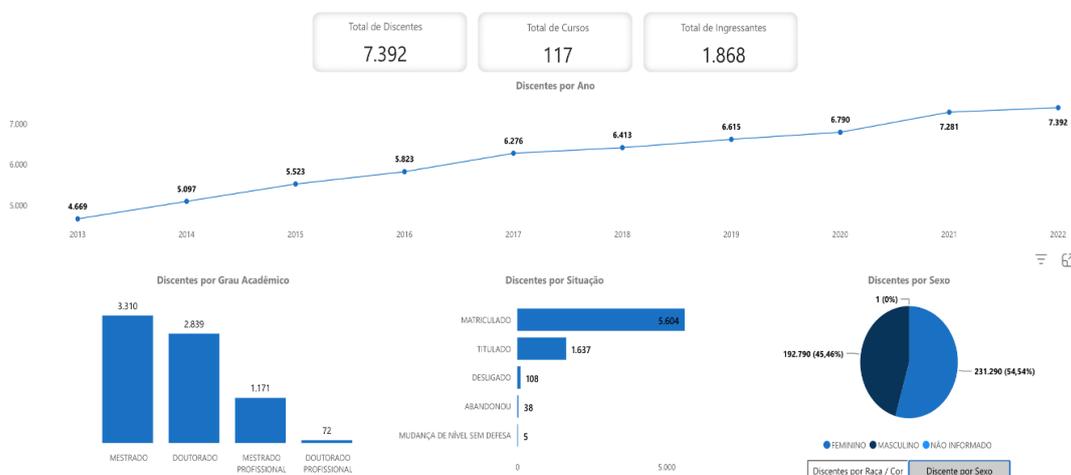
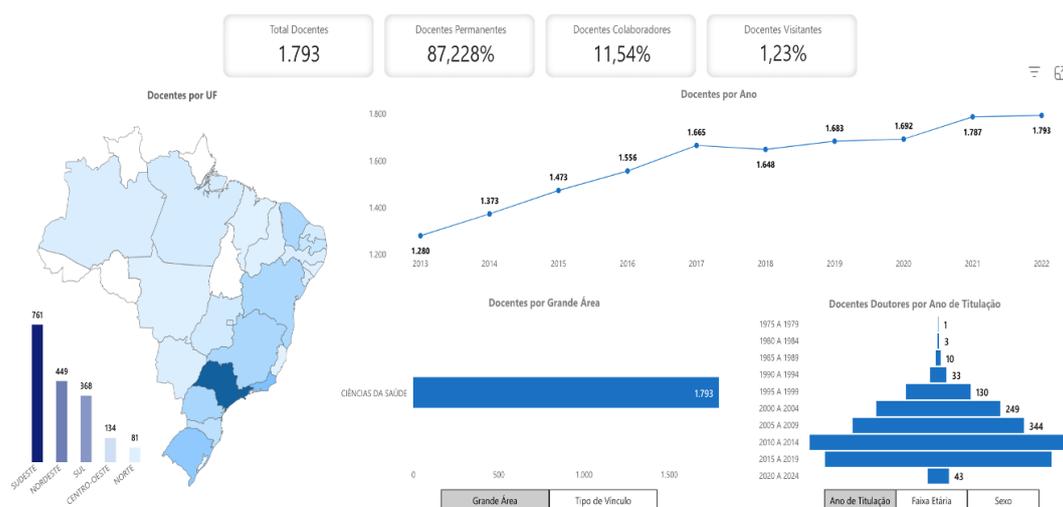


Figura 4. Evolução do número de discentes dos Programas de Pós-Graduação da Área de Enfermagem (2013-2022)⁴.

A maior parte dos discentes da Área (44,77%) estão em cursos de mestrado acadêmico, 54,45% são do sexo feminino e 75,8% estão na situação de matriculados.

No que se refere à caracterização dos docentes, verificam-se os dados apresentados na Figura 5. Houve crescimento progressivo do número do corpo docente dos Programas da Área, e em 2022 era constituído por 1793, sendo 87,22% docentes permanentes.

A sua maioria é composta por docentes de 40 a 44 anos, com titulação de doutorado obtida entre 2010 e 2014.



4 Fonte de dados: <https://capes.gov.br/paineisdapos>

Figura 5. Evolução do número de docentes dos Programas de Pós-Graduação da Área de Enfermagem (2013-2022)⁵.

Quando se comparou o quantitativo de docentes em 2022 com o do Seminário de Meio Termo do quadriênio passado (2019), verificou-se que houve crescimento de 6,53%.

Ao analisar a proporção de docentes bolsistas de produtividade em pesquisa, verificou-se variação entre os Programas de 0 a 69,57% (Figura 6). No ano de 2021, a mediana de bolsistas da área foi de 9,35% e em 2022 foi de 9,61%.

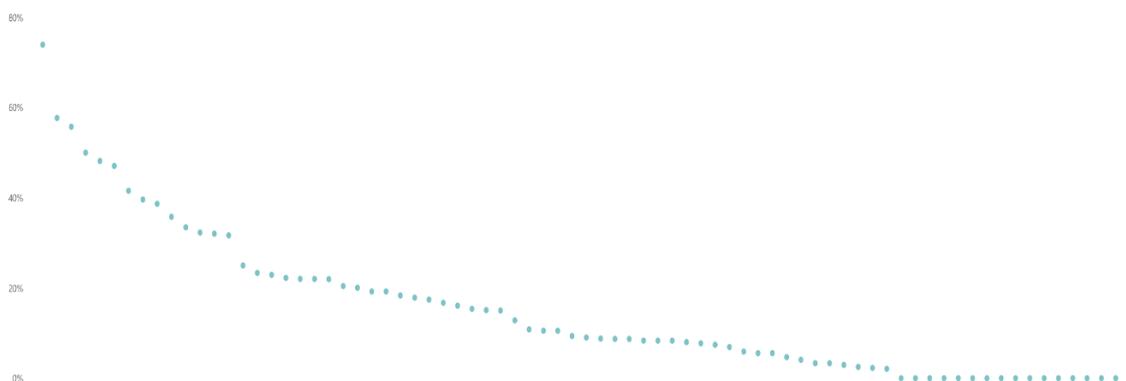


Figura 6. Proporção de docentes de Programas da Área de Enfermagem bolsistas de produtividade em pesquisa. Outubro, 2023⁶.

No que se refere à produção científica total dos Programas em 2022, verificou-se que 57,24% são caracterizadas como produção bibliográfica e 42,7% como produção técnica (Figura 7).



Figura 7. Evolução do quantitativo da produção total dos Programas de Pós-Graduação da Área de Enfermagem por ano (2013 a 2022)⁷.

⁵ Fonte de dados: <https://capes.gov.br/paineisdapos>

⁶ Fonte de dados: <https://capes.gov.br/paineisdapos>

⁷ Fonte de dados: <https://capes.gov.br/paineisdapos>

Identificou-se redução no quantitativo da produção científica total na Área na ordem de 24,11%, quando comparado com o quantitativo da produção em 2019, meio termo do quadriênio passado.

Ao se analisar o quantitativo da produção técnica, verificou-se que houve declínio de 31,35% do quantitativo desta produção, quando comparado com o quantitativo da produção em 2019, meio termo do quadriênio passado.

Quando se analisa a produção bibliográfica, observa-se que em 2021 houve 12.755 produtos e em 2022, 11.259 na área de Enfermagem (Figura 8).

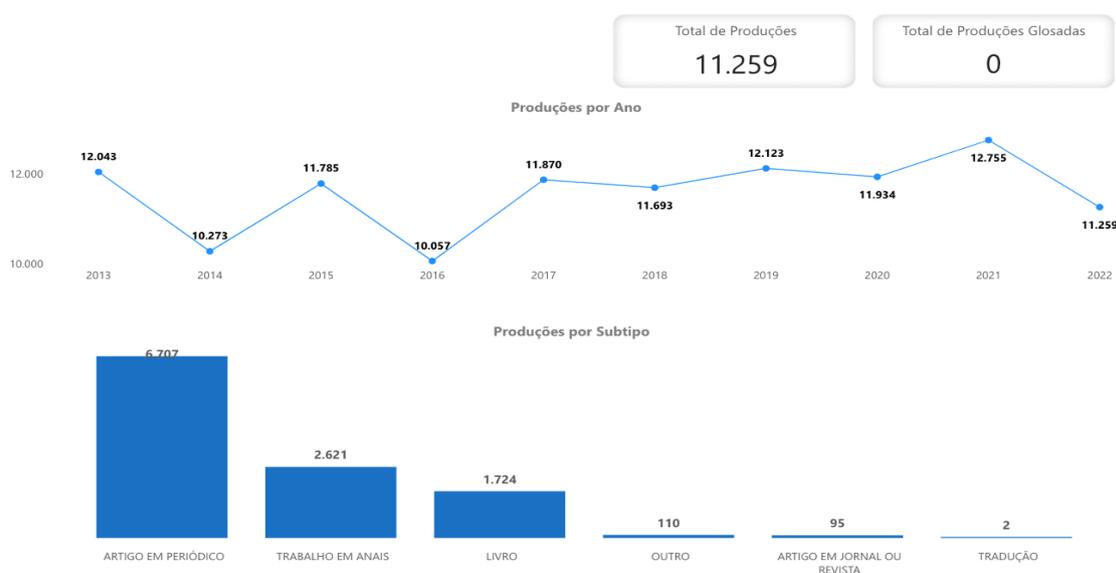


Figura 8. Evolução da produção bibliográfica dos Programas de Pós-Graduação da Área de Enfermagem por ano (2013 a 2022)⁸.

A Figura 9 apresenta a proporção de artigos de docentes dos Programas da Área por estrato (2017-2020). Verifica-se que a maior concentração está no estrato B1 (22,83%).

⁸ Fonte de dados: <https://capes.gov.br/paineisdapos>

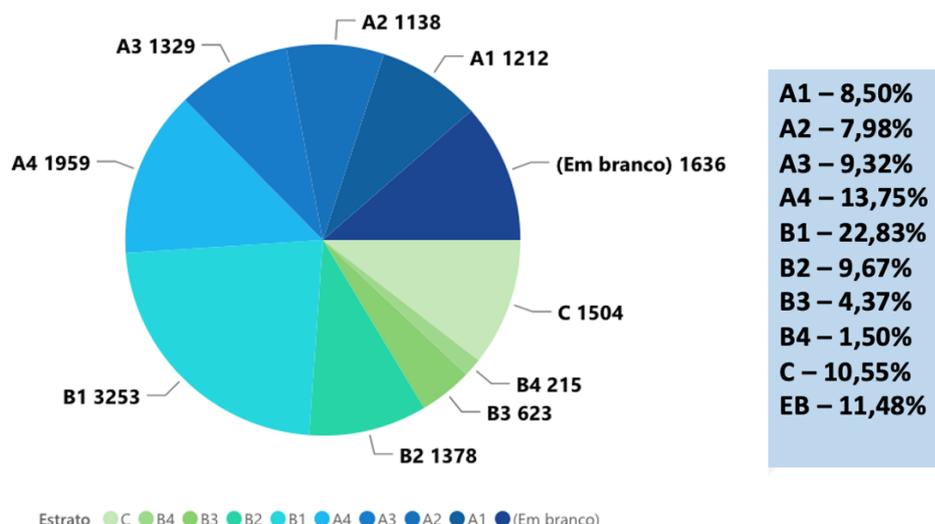


Figura 9. Proporção de artigos de docentes dos Programas da Área por estrato (2017-2020).

Verifica-se também uma proporção considerável (10,55%) de publicações nos periódicos C. Tal dado sugere que os docentes e discentes dos Programas da Área precisam ter uma maior atenção à qualidade do veículo e às políticas e práticas editoriais questionáveis ao selecionar a revista para submissão.

Por outro lado, ao se analisar a produção bibliográfica em artigos no estrato A1 dos Programas de Pós-Graduação da Área de Enfermagem por ano, verifica-se que no ano de 2021, a Área teve 625 artigos e em 2022, 600 artigos (Figura 10).

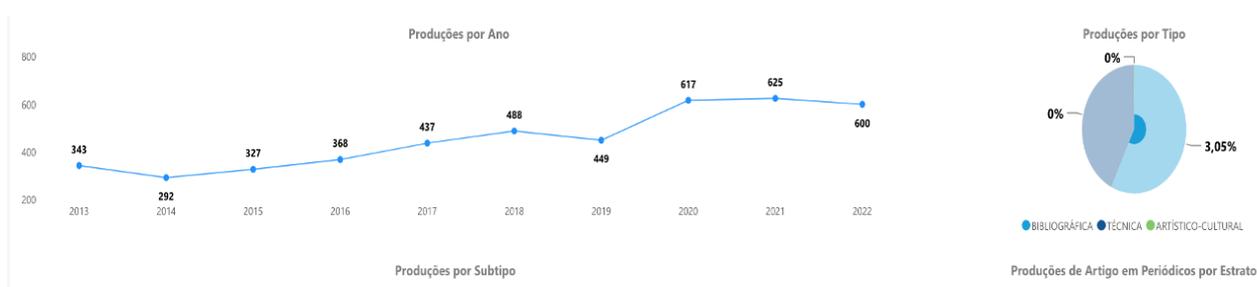


Figura 10. Distribuição da produção bibliográfica em artigos no biênio 2021-2022 estrato A1 dos Programas de Pós-Graduação da Área de Enfermagem por ano. Outubro, 2023⁹.

Ao comparar o quantitativo de artigos A1 em 2022 com o quantitativo em 2019 (meio termo do quadriênio passado), verifica-se crescimento de 33,6%, demonstrando a evolução neste indicador. Porém, o referido indicador não necessariamente está relacionado a evolução qualitativa da produção da Área, pois a coordenação verificou uma tendência de crescimento de publicação de artigos em periódicos avaliados por outras Áreas em que utilizaram indicadores diversos ao da Enfermagem, que têm menor

⁹ Fonte de dados: <https://capes.gov.br/paineisdapos>

inserção na comunidade científica internacional, o que poderá implicar em redução de indicadores bibliométricos da Enfermagem brasileira.

Ao verificar o quantitativo da produção bibliográfica em artigos no estrato A2 dos Programas de Pós-Graduação da Área de Enfermagem por ano, verifica-se que no ano de 2021, a Área teve 631 artigos e em 2022, 514 artigos (Figura 11), o que representa crescimento de 1,18%, confirmando também a evolução no indicador.

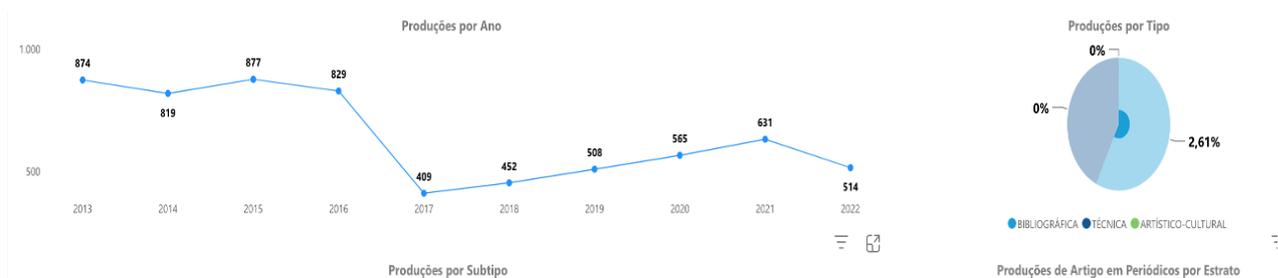


Figura 11. Evolução da produção bibliográfica em artigos no biênio 2021-2022 no estrato A2 dos Programas de Pós-Graduação da Área de Enfermagem por ano. Outubro, 2023¹⁰.

Ao analisar a proporção de artigos A1 e A2 em relação a produção total, observa-se que os Programas da Área tiveram no biênio avaliado (2021 e 2022) percentuais inferiores a 50%.

A proporção de A1 e A2 em relação a produção total por nota de classificação, verifica-se na Figura 12 que entre os Programas, o percentual da produção foi maior nos Programas com nota 6 e 7, e a proporção segue relacionada à nota dos Programas.

¹⁰ Fonte de dados: <https://capes.gov.br/paineisdapos>

Percentual de artigos A1 e A2 por nota de classificação

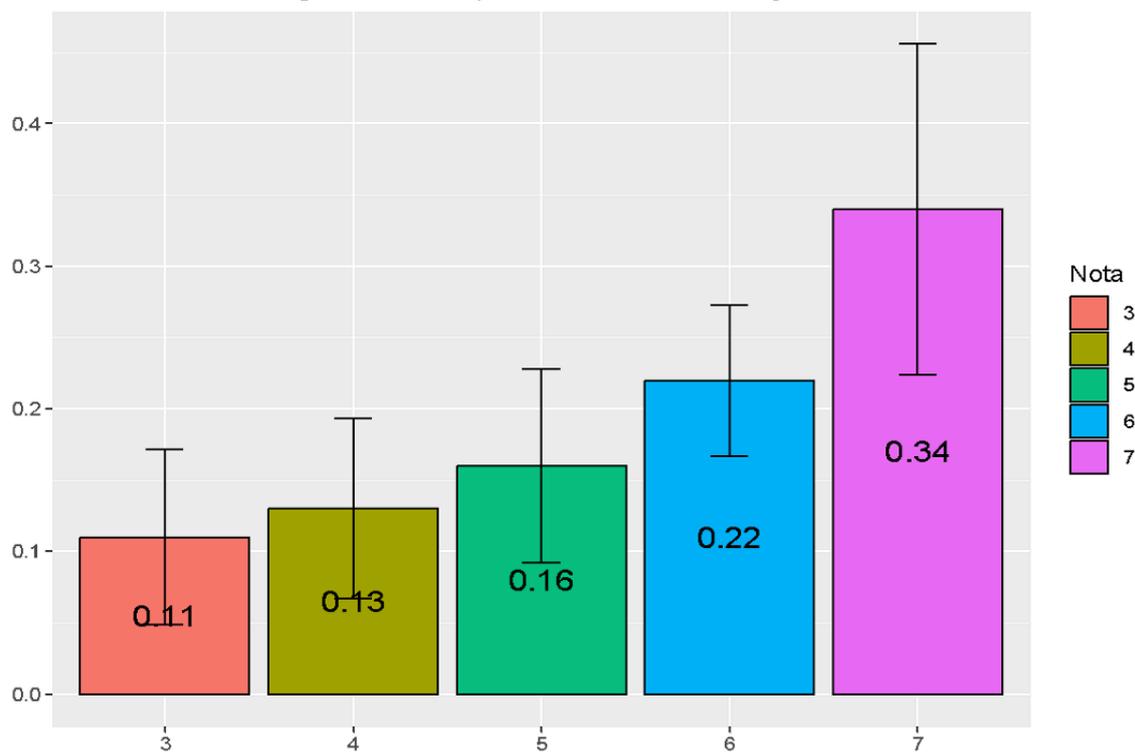


Figura 12. Proporção da produção bibliográfica em artigos nos estratos A1 e A2 por Programa de Pós-Graduação da Área de Enfermagem. Outubro, 2023¹¹.

Da mesma forma, ao analisar a proporção da produção em A1 e A2 por docente permanente e notas dos Programas, identifica-se que a proporção da produção mais qualificada é associada às notas de excelência (Figura 13).

¹¹ Fonte de dados: <https://capes.gov.br/paineisdapos>

Soma de artigos A1 e A2 ponderados por quantidade de docentes por nota de classificação

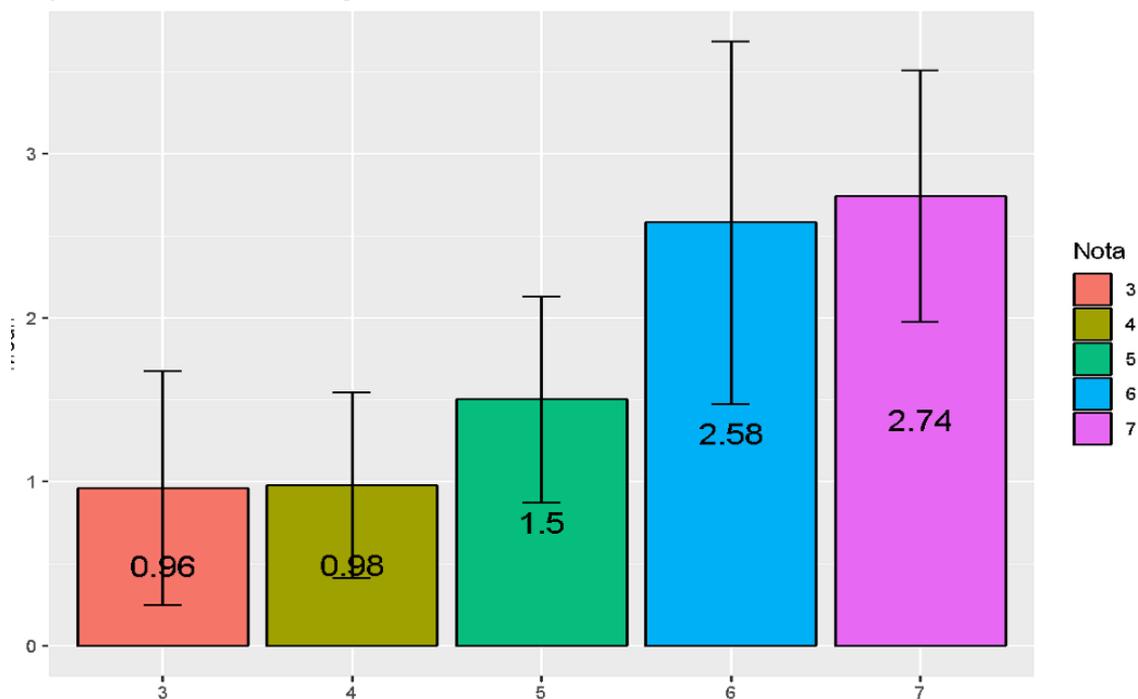


Figura 13. Proporção da produção bibliográfica em artigos nos estratos A1 e A2 por docente e nota do Programa de Pós-Graduação da Área de Enfermagem. Outubro, 2023¹².

Portanto, verifica-se que os docentes em Programas com maior nota, tem tendência de maior concentração de sua produção em A1 e A2 no biênio 2021-2022.

A análise global dos Programas da Área indica a necessidade de qualificação dos mestrados, para que possam submeter propostas de doutorado, bem como, a ampliação de cursos de doutorado profissional, para atender e qualificar os enfermeiros inseridos nos serviços de saúde. Programas em Associação, Projetos de Cooperação entre Interinstituições (PCI) são propostas incentivadas pela Área.

¹² Fonte de dados: <https://capes.gov.br/paineisdapos>

1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS

1.1 Inovações, transformações e propostas

Os Programas de Pós-Graduação da Área de Enfermagem são importantes para a formação de profissionais para o exercício de atividades de pesquisa, docência, assistência, gestão de serviços, formulação/aprimoramento de políticas públicas, redirecionamentos de serviços de saúde, assessoria e consultoria, avaliação e planejamento territorial, em instituições públicas e privadas.

Para tanto, as propostas dos programas devem envolver o resgate da vida e o desenvolvimento sustentável. São responsáveis por impulsionar a inovação em torno da saúde por meio do desenvolvimento humano, com pesquisa e educação, com espaços democráticos e agregadores de riqueza social.

A Área entende que a pós-graduação tem papel fundamental no fomento do desenvolvimento socioeconômico sustentável e, que os programas devem se adequar a economia da saúde como vetor de desenvolvimento e veículo de inclusão produtiva. Almeja-se ainda, a melhoria da renda e dos indicadores sociais, a diminuição da desigualdade social, produção de tecnologias e reordenação urbana, bem como, a ampliação da eficácia, eficiência e efetividade do Sistema Único de Saúde (SUS).

1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior

As instituições de ensino devem assumir compromissos formais com os Programas de Pós-Graduação em funcionamento com garantias de corpo docente permanente estável, com disponibilidade efetiva para desenvolver pesquisa e atividades de ensino e orientação na pós-graduação stricto sensu. Acordos formais de cooperação entre as instituições envolvidas, ou com agências de governo ou empresas, quando aplicável se configuram como importantes estratégias.

O planejamento do Programa deve estar alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ou documento equivalente, com a indicação dos objetivos, metas a curto, médio e longo prazos e estratégias para atingi-las. A política de autoavaliação deve estar destacada no plano de desenvolvimento institucional: os instrumentos utilizados no processo devem estar detalhados, os participantes, periodicidade, estratégias para identificação de potencialidades e formas de superação das fragilidades, dentre outros aspectos considerados relevantes.

As instituições devem possuir infraestrutura adequada e pertinente para desenvolvimento das Linhas de Pesquisa (LP) e Projetos de Pesquisa (PP) e, no caso dos programas profissionais, LP e/ou Linha de Atuação Científica Tecnológica (LACT), PP e/ou Projetos de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação (PDTI) e disciplinas vinculadas à proposta.

Nesse sentido, é relevante a adequação das instalações físicas disponíveis, incluindo salas de aula, laboratórios em geral, bibliotecas, salas de reuniões, salas de docentes, espaços de estudo de discentes e outras instalações que possam ser necessárias, considerando o desenvolvimento da proposta do programa. As salas de docentes devem permitir o recebimento de alunos para orientação e discussão do desenvolvimento de sua pesquisa. Área física para realização de reuniões periódicas dos grupos de pesquisa deve ser assegurada, apontando sua articulação às linhas de pesquisa do programa. Também é relevante a disponibilização de laboratório de informática para uso dos discentes.

Importante também destacar laboratórios efetivamente vinculados ao desenvolvimento das LP/LACT e PP/PDTI, incluindo instalações e equipamentos relevantes para a realização dos projetos. Quanto à biblioteca, devem ser apresentados seu espaço físico, serviços e acervos físico e digital, demonstrando que possui os principais títulos de periódicos e livros da área, destacando, especialmente, aquilo que guarda relação direta com o programa. Espaços intra e interinstitucionais voltados ao desenvolvimento da pesquisa são necessários, de forma a evidenciar o apoio à concepção, desenvolvimento e, quando pertinente, aplicação dos produtos gerados. Acordos formais de cooperação deverão ser explicitados. A infraestrutura administrativa do programa deve ser garantida pela instituição, reportando os espaços físicos e os recursos humanos disponíveis.

1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas

A autoavaliação compunha, até a quadrienal 2013-2016, análise que os próprios programas faziam sobre suas propostas e desenvolvimento, com apontamentos em relação às perspectivas de evolução e tendências e sobre o planejamento futuro. A partir da quadrienal 2017-2020, a autoavaliação passou a compor um dos quesitos avaliados, considerando processos, procedimentos, instrumentos e resultados empreendidos pelos programas, com foco na formação discente e produção intelectual, na perspectiva de sua inserção social e/ou científica e/ou tecnológica e/ou profissional. Nessa perspectiva, nas futuras avaliações, permanecerá como requisito da ficha de avaliação e os programas devem detalhar claramente como estão realizando seu planejamento, aspectos relacionados à gestão e articulação ao plano institucional, com vistas ao seu desenvolvimento, com plano de adequação e melhorias na formação.

1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)

As categorias de docentes que compõem os Programas são: permanente, colaborador e visitante. Os DP que compõem o programa poderão ter vínculo como DP em até três programas. A Área exige que esta participação em três programas não ultrapasse 30% dos docentes permanentes do programa.

Nos relatórios para avaliações de permanência, deverá ser explicitada a carga horária de contrato na instituição, bem como a de dedicação do docente ao programa. Quando da participação de docente externo à instituição no quadro de DP, deve-se apresentar anuência da instituição de origem, sempre que nesta o docente for contratado em regime de dedicação exclusiva (40 horas).

O número de docentes colaboradores deve limitar-se, no máximo, a 30% dos DP. Os DP devem ser responsáveis pela maioria das atividades de orientação, docência e pesquisa. A participação de docentes colaboradores e visitantes não deve caracterizar dependência, nem ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica.

Nos programas na modalidade acadêmica (mestrado e doutorado), considerando-se o grupo de DP, pelo menos 80% deverão ter regime de trabalho de 40 horas semanais. Nos programas na modalidade profissional (mestrado e doutorado), considerando-se o grupo de DP, pelo menos 70% deverão ter regime de trabalho de 40 horas semanais.

Independentemente do nível (mestrado ou doutorado) o número mínimo de DP do curso deve ser 12, tanto para programa da modalidade acadêmica, quanto para programa da modalidade profissional. Para dar sustentação às atividades, os DP devem dedicar no mínimo 12 horas semanais ao programa, considerando as LP/LA e PP/PDTI, disciplinas e orientações.

Considerando-se a especificidade da atuação profissional e do seu objeto de pesquisa, o cuidado em enfermagem, pelo menos 60% dos DP devem ter a formação e/ou atuação na área de Enfermagem.

Os programas na modalidade acadêmica, o corpo docente deve ser constituído exclusivamente por portadores do título de doutor. Os cursos de mestrado na modalidade profissional, até 20% do corpo de DP pode ser constituído por profissionais com reconhecida experiência no campo da proposta, mesmo que não possua título de doutor. Nos cursos de doutorado profissional todos os orientadores devem possuir o título de doutor.

Os DP devem demonstrar experiência em orientação, adequada em quantidade, qualidade e regularidade, atendendo as exigências da área para o perfil docente. Os DP devem ter diversificação na origem de formação, atuação na área ou áreas afins,

experiência profissional e projeção nacional e/ou internacional, compatível e adequada à proposta do curso.

No caso de programas da modalidade acadêmica, os Grupos de Pesquisa de vinculação dos DP devem ser descritos na proposta do curso, indicando sua articulação à AC/LP.

Nos programas da modalidade profissional, os Grupos de Pesquisa/Estudo/Extensão de vinculação dos DP devem ser descritos na proposta do curso, indicando sua articulação à AC e LA.

1.5 Visão da área sobre a modalidade de ensino à distância

A Área de Enfermagem envolve o desenvolvimento de habilidades práticas na formação e o envolvimento de pesquisas com seres humanos, o que exige supervisão presencial para a maioria de suas atividades. Excepcionalmente, programas que permitam, de maneira bem fundamentada e justificada, o desenvolvimento parcial experimental e de habilidades por ensino a distância (EaD), conforme o disposto na legislação vigente relativa ao tema, podem ser contemplados.

O perfil do egresso a ser formado e as características intrínsecas da Área de Enfermagem, as quais incluem atividades de pesquisa aplicada, envolvendo pacientes e ou laboratórios específicos, podem exigir características pontuais para um curso de pós-graduação na modalidade EaD, imprescindíveis para o desenvolvimento do produto do curso.

A instituição deve demonstrar a articulação do programa com o Planejamento Estratégico da Instituição (PDI) em relação ao programa na modalidade de EaD, apresentando detalhamento da política de autoavaliação institucional e seus instrumentos auto avaliativos no ambiente da pós-graduação dentro da modalidade de EaD da instituição e do funcionamento dos polos. Ressalta-se que o programa deve ser independente e não uma complementação ou extensão de um curso presencial existente.

No caso dos programas profissionais, as instituições coordenadoras e colaboradoras devem manter articulação com ambientes profissionais complementares e suficientes para práticas laboratoriais e/ou profissionais que possibilitem experiências diferenciadas de aprendizagem e que justifiquem a modalidade de EaD.

Os programas deverão disponibilizar acesso (tais como endereço, mídia, entre outros) ao ambiente virtual dedicado às atividades do curso para testagem e avaliação. Dentre os aspectos de relevância destacam-se a política de integridade, mecanismos de segurança, validação, identificação e proteção de dados elaborados para o combate à fraude nas atividades avaliativas a distância.

Os programas devem descrever o perfil da equipe técnica que apoiará os docentes na construção do sistema de ensino e aprendizagem de EaD como um todo, e seus diferentes elementos instrucionais, tais como a elaboração do ambiente virtual de aprendizagem, a elaboração dos materiais, entre outros aspectos relevantes e contar com equipe de apoio para a implementação e manutenção da tecnologia de educação a distância, tais como o ambiente virtual de aprendizagem e sistemas de comunicação.

A modalidade de comunicação a distância das atividades didático-pedagógicas (ministração de disciplinas, estágios de docência, entre outras) deverá ser majoritariamente síncrona (docentes e discentes conectados ao mesmo tempo). As orientações de trabalhos de conclusão deverão ser obrigatoriamente síncronas.

A Área de Enfermagem considera imprescindível a oferta de programa de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade EaD por IES com comprovada experiência e infraestrutura suficiente, propiciando a formação de pesquisadores, docentes e profissionais de excelência para o ensino superior, para o mercado de trabalho e para a sociedade.

Quanto ao projeto pedagógico do curso, deve conter a estrutura curricular, com a carga horária total do curso, a carga horária presencial e à distância para as disciplinas, atividades complementares, seminários integrativos, atividades em laboratório, orientações e estágios de docência, entre outras. No caso da carga horária à distância deve estar descrito o formato síncrono e assíncrono, dentro de um equilíbrio em que este último formato não se sobreponha ao primeiro.

Deve haver a previsão e detalhamento dos encontros presenciais, específicos para cada disciplina, com carga horária, periodicidade, dinâmica pedagógica e o corpo docente responsável, bem como para atividades de orientação. A Área de Enfermagem determina que seja realizado encontro presencial de introdução ao curso e que pelo menos 60% da carga horária didática, o exame geral de qualificação e a apresentação da dissertação/tese ou trabalho equivalente ocorram presencialmente. Os modelos de avaliação devem estar descritos, discriminando, inclusive, o que será realizado presencialmente e à distância.

Além dos critérios de avaliação dos presenciais, o programa em EaD ainda deve apresentar a descrição da experiência do corpo docente com a modalidade de EaD demonstrada e comprovada em IES credenciada pelo MEC para oferta de EaD, além da existência de Plano de Capacitação em EaD dos docentes e técnicos do Curso.

Na Área de Enfermagem é valorizada a formação e experiência prévia demonstrada pelos docentes permanentes em EaD, além dos demais critérios para atuação em um curso de pós-graduação.

Os parâmetros de avaliação da produção intelectual adotados para os cursos na modalidade de EaD deverão ser os mesmos discriminados para a avaliação dos programas na modalidade presencial da área.

A Área de Enfermagem orienta que seja claramente demonstrada a demanda específica de discentes para programas modalidades acadêmica e profissional com dificuldade de formação na Área por cursos presenciais na região da IES proponente, bem como, da mesma forma que ocorre para os programas presenciais, deve haver discriminação e contextualização da importância da proposta para o contexto social das regiões a serem atendidas. Além disso, deve ser explicado como o curso altera a formação de pessoas, de forma a promover o desenvolvimento socioeconômico regional.

1.6 Visão da área sobre a modalidade profissional

A modalidade profissional constitui uma das possibilidades de fortalecimento da profissão e da ciência da Enfermagem, ao ter como desígnio a formação de mestres e doutores que tomam objetos de investigação que têm como base as necessidades e os problemas identificados na prática concreta nos quais atuam ou participaram por ocasião de estágios, atividades práticas e outros, com a finalidade de contribuir com a melhoria da saúde, como bem, público, em todo o território nacional. Na modalidade profissional, o perfil do ingressante, candidatos enfermeiros e de outras graduações que possuam ou não, experiência profissional prévia na área da saúde, que possam desenvolver quando mestres e doutores, pesquisa de interesse da profissão, dos serviços e instituições de saúde e de ensino e áreas correlatas. É esperado que o mestre e o doutor nesta modalidade utilizem resultados de pesquisas e/ou que as desenvolvam em suas áreas de atuação profissional. A pós-graduação profissional, visa a formação de pesquisadores com expertise no desenvolvimento de produtos técnicos-tecnológicos e assim, na construção e aplicação de conhecimentos e tecnologias no e para o trabalho, vinculado a relevância que assume para a prática.

Portanto, ressalta-se que os programas profissionais consistem na produção intelectual do corpo docente, discente e egressos, considerando não só a produção acadêmica, mas principalmente a produção tecnológica e técnica dela decorrente. Considerando por princípio a gratuidade do ensino público na Pós-Graduação stricto sensu das instituições públicas e, diante da concepção da CAPES de autofinanciamento, os programas profissionais vêm buscando firmar convênios e outros acordos com entidades privadas, organizações não governamentais e instituições do poder público, com o fim de prover recursos para o custeio das atividades relacionadas à oferta dos cursos. Iniciativas de articulação interinstitucionais são bem-vindas, a exemplo das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, visto que as necessidades e problemas indicados em seus Planos Estratégicos de Gestão são objetos de interesse dos mestrados profissionais da Enfermagem.

Um avanço importante na direção de articulação interinstitucional para o financiamento dos programas profissionais foi a efetivação do acordo CAPES/COFEN com o comprometimento de apoio à formação de recursos humanos de enfermagem e desenvolver pesquisas com impactos científicos e tecnológicos. Tem-se avançado no seu delineamento e identidade e tem se estabelecido consensos sobre indicadores que melhor retratem a avaliação desta formação. Isto vem se dando, principalmente, nos Seminários de Acompanhamento realizados pela Área e nos Fóruns de Programas Profissionais em Enfermagem, com a coordenação dos programas, realizados anualmente.

1.7 Visão da área sobre formas associativas.

A Área considera que as parcerias entre Instituições de Ensino Superior podem expandir com qualidade a pós-graduação nas diferentes regiões brasileiras. A associação apresenta-se como alternativa para as instituições desenvolverem a pós-graduação, contornando problemas estruturais, com o compartilhamento de instalações e de corpo docente. A Área tem a experiência de dois programas em associação, ambos acadêmicos e tem a perspectiva de que possam ser ampliadas as propostas nesta direção, com vistas a expandir para regiões geográficas descobertas, particularmente na formação de doutores.

1.8 A interdisciplinaridade na área

A Enfermagem constitui Área do conhecimento, que por sua natureza, se desenvolve como prática social, de tal forma requer integrar saberes das áreas biológicas, de saúde, das ciências humanas e sociais, o que implica contribuir com sua especificidade no campo comum, entre diferentes ramos do conhecimento.

A Enfermagem, enquanto prática social, enquanto ciência, tecnologia e inovação, cada vez mais aborda temas complexos e, assim, se favorece de sua histórica valorização e desenvolvimento de trabalho interdisciplinar. Dessa forma, abre-se a novos campos do conhecimento ao mesmo tempo em que os influencia, e volta-se à superação do paradigma cartesiano, que parte do pressuposto que para se conhecer o todo é necessário fragmentá-lo.

A Enfermagem busca tornar o conhecimento científico abrangente, de forma a contribuir com a construção do bem-estar humano de indivíduos, grupos e populações, fortalecendo o Sistema Único de Saúde. Reafirmando a Enfermagem enquanto ciência, se reconhece sua especificidade disciplinar como ramo do conhecimento, e ao mesmo tempo ressalta-se a importância da interdisciplinaridade, considerando os fenômenos complexos com os quais a Enfermagem trabalha e a necessidade da disposição de compartilhamentos teóricos, conceituais e metodológicos com outras áreas do conhecimento.

Nesse contexto, os Programas de Pós-graduação em Enfermagem se estruturam para incluir diferentes temas e disciplinas que reforçam essa vocação interdisciplinar da área, situação que pode e deve ser valorizada quando da avaliação da pós-graduação.

Outra iniciativa a ser valorizada consiste na abertura dos programas para formação de outros profissionais, contribuindo para produção de novas formas de conhecimento, tomando como objetos de investigação fenômenos que se inserem nas fronteiras disciplinares. Apesar da inclusão de disciplinas de outras áreas do conhecimento e da participação de professores e pesquisadores de outras áreas e do ingresso de outros profissionais nos Programas, por si só, não garantem a interdisciplinaridade, estas ações estratégicas consistem em iniciativas relevantes, no sentido de possibilitar o surgimento de novos conhecimentos e de um novo profissional, com perfil diferente do já existente. Ainda, estas estratégias demonstram disposição da Área de Enfermagem para o diálogo, para a discussão de conceitos, adoção de métodos mistos de pesquisa e ampla análise sobre os resultados obtidos. A busca pela convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, que ofereçam contribuição para o avanço das fronteiras da ciência, possibilitem a transferência de métodos, tecnologias e saberes de uma área para outra, e a geração de novos conhecimentos, compõem a potencialidade do trabalho e da investigação interdisciplinar no campo da Enfermagem.

1.9 Visão da área sobre processos híbridos de ensino-aprendizagem

A Área da Enfermagem, no intuito de estimular a colaboração em pesquisa e orientação acadêmica; compartilhar conteúdos e recursos educacionais entre os PPG e as instituições de ensino e pesquisa, nacionais ou internacionais; possibilitar a interação contínua entre docentes e discentes; facilitar a composição das bancas examinadoras; e fortalecer a interação síncrona entre comunidades científicas em diferentes localidades, permite o uso de processos híbridos de ensino e aprendizagem (PHEA) nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* ofertados na modalidade presencial.

A Área, em consonância com a era digital, os benefícios e potencial de minimizar distância entre pesquisadores nacionais e internacionais e entre diferentes Programa de Pós-Graduação, embasada nas recentes discussões na Capes, corroboradas pelo Relatório do GT Ensino Híbrido da Capes, considera possível a inclusão de até 40% de atividades síncronas no ensino híbrido.

Para o uso de PHEA nos PPG, a CAPES, estabeleceu diretrizes, constantes na Instrução Normativa GAB nº 2, de 3 de dezembro de 2024, e estes constituem-se de um conjunto integrado de atividades mediadas por metodologias participativas, inovadoras e tecnologias educacionais e que podem compreender atividades acadêmicas que sejam previstas nos regimentos dos PPG e nos normativos das instituições de ensino e pesquisa, tais como e sem prejuízo de outras: I - aulas e seminários síncronos que utilizem

ambientes virtuais de aprendizagem; II - estudos de caso, leituras dirigidas e debates realizados em plataformas digitais; III - atividades redacionais e produção de artigos científicos com suporte de ferramentas colaborativas online; IV - orientação de pesquisas temáticas e disciplinares através de encontros virtuais síncronos; V - organização de grupos de estudo que integrem participantes de diferentes IES nacionais ou internacionais; VI - práticas laboratoriais adaptadas para ambientes digitais ou remotos, com o uso de simulações e outros recursos tecnológicos; e VII - banca de qualificação e de defesa de dissertação, de tese ou de outra modalidade de trabalho de conclusão de curso, com a possibilidade de participação remota de avaliadores.

A operacionalização dos PHEA, no âmbito dessa Instrução Normativa, envolve a combinação de ações presenciais com atividades remotas. Os processos híbridos de ensino e aprendizagem não caracterizam uma modalidade de ensino específica, mas partem de um conjunto de procedimentos metodológicos que englobam a interação entre ambientes presenciais e digitais para potencializar as diversas atividades acadêmicas realizadas no percurso formativo.

Ainda, acerca do uso dos processos híbridos na Pós-Graduação, a Instrução Normativa da CAPES, não permite: I - o emprego de atividades remotas assíncronas para o cômputo de carga horária didática; II - a oferta de disciplinas ou o percurso formativo de forma completamente remota.

2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos

A Área de Enfermagem considera que o programa deverá explicitar claramente o perfil do egresso do mestrado e do doutorado, modalidade acadêmica ou profissional, evidenciando os requisitos básicos, as distinções entre os níveis e os mecanismos de acompanhamento e avaliação. O perfil dos egressos deverá convergir para a consolidação do conhecimento científico, metodológico e inovador, fortalecendo os processos formativos de recursos humanos qualificados para o avanço da área.

Os programas devem deixar claro o perfil esperado do egresso do mestrado da modalidade acadêmica e demonstre os mecanismos de seu acompanhamento quanto ao domínio do estado da arte da temática e das etapas do processo investigativo; a capacidade de elaboração, execução e gestão de projetos de pesquisa e as competências necessárias para a prática da docência e para o desenvolvimento, desenvolver processos de construção de relatórios de pesquisa; elaborar artigos científicos qualificados; divulgar o conhecimento produzido em periódicos indexados e de impacto; contribuir para o fortalecimento da pesquisa na área e o fortalecimento da expertise e com reconhecido impacto social.

Quanto ao perfil do egresso do doutorado na modalidade acadêmica, deve-se demonstrar na proposta os mecanismos de acompanhamento quanto ao domínio do estado da arte da temática e das etapas do processo investigativo e do referencial teórico-metodológico de investigação; a capacidade de propor pesquisas de caráter original e interdisciplinar e de elaboração, execução e gestão de projetos de pesquisa; a competência/liderança para formar e fomentar grupos de pesquisa, de participar/articular redes de produção de conhecimento nacionais e internacionais e de submeter projetos de pesquisa a órgãos/agências de fomento, nacionais e/ou internacionais. Também deve-se demonstrar a capacidade de participar/liderar estudos multicêntricos; desenvolver processos de construção de relatórios de pesquisa; elaborar artigos científicos qualificados; divulgar o conhecimento produzido em periódicos indexados e de impacto; contribuir para o fortalecimento da pesquisa na área, bem como assumir espaços de liderança no meio acadêmico, de pesquisa e das políticas para a ciência, tecnologia e saúde. Por fim, deve demonstrar as competências necessárias para a prática da docência e para o desenvolvimento e o fortalecimento da pesquisa de elevada expertise com reconhecido impacto social.

O egresso do mestrado na modalidade profissional, deve demonstrar o domínio do estado da arte em sua temática e área de atuação profissional ou de maior aproximação; competência para a identificação dos problemas de saúde locais e regionais; capacidade para (re)criação de tecnologias de impacto social; capacidade de gerar novos processos e produtos que contribuam para a inovação nos serviços: sustentabilidade do Sistema

Único de Saúde (SUS); capacidade para produzir, desenvolver e implementar boas práticas em saúde e para ampliar e validar saberes e práticas a partir da cooperação com ambientes profissionais, locais e regionais.

Nos Programas de doutorado na modalidade profissional, o perfil esperado para o egresso caracteriza-se pela autonomia, potencial para geração de conhecimento e capacidade de desenvolvimento de tecnologias inovadoras para soluções de problemas em seu campo/segmento de atuação e/ou maior aproximação. O egresso deve dominar o estado da arte em sua temática; desenvolva habilidades para desenvolver e incorporar a pesquisa em serviço, capacidade para a transformação dos cenários de prática, criar e incorporar novos saberes coerentes com os princípios e diretrizes do SUS. Também deve apresentar capacidade para o desenvolvimento e registro de produtos e patentes e para processos teórico-metodológicos interdisciplinares de âmbito nacional e internacional, aptidão para busca de fomento de PP/PDTI e domínio dos instrumentos e processos de divulgação e socialização do conhecimento.

2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual

Vários aspectos são considerados no processo de avaliação da Área de Enfermagem, destacando-se aqueles diretamente associados à produção científica de qualidade, sobretudo a que inclui a participação discente.

A produção intelectual avaliada deve conter produções bibliográficas e/ou técnicas (artigos em periódicos qualificados, livros e/ou produção técnica), produção de relevância, incluindo justificativa sobre a relevância e a pertinência de cada uma delas no contexto da proposta, da AC, das LP/LA e dos PP/PDTI, com ênfase no impacto para a sociedade.

A qualificação indireta da produção intelectual na forma de artigos científicos a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação é um importante indicador para Área.

A metodologia quantitativa utilizada para a classificação nos quadriênios 2017-2020 e 2021-2024 não pareceu suficiente para área, pois periódicos de renome e interesse para área foram mais mal classificados que periódicos pouco conhecidos e de menor relevância para a Área, descompasso na classificação atribuída quando comparada a outras referências editoriais internacionais.

Assim, a avaliação da produção intelectual da área de Enfermagem em periódicos, no quadriênio 2025-2028, se dará nos procedimentos 2 e 3, indicados pela Diretoria de Avaliação. No procedimento 2 será realizada a classificação do artigo por indicadores bibliométricos diretos do artigo (índice de citação e altimetria, para a análise quantitativa) e classificação do artigo por critérios do veículo (critérios de indexação, valorização de periódicos nacionais, acesso aberto, dentre outros). No procedimento 3, a análise

qualitativa dos artigos, a partir da produção indicada como destaque a partir dos indicadores dos artigos.

No procedimento 2, para a definição das bases e cortes para estratificação dos veículos, uma comissão específica foi instituída pela coordenação de Área. O referido grupo selecionou as bases importantes para a ciência e fez simulações de estratificação a partir da produção em artigos da Área no quadriênio anterior (2017-2020) e no quadriênio em curso (dados do seminário de meio termo 2021-2022).

A Área deve valorizar periódicos nacionais de qualidade, como forma de impulsionar as publicações e fortalecê-los para que possam buscar/reforçar indexação em bases internacionais. Tal estratégia visa o fortalecimento dos periódicos brasileiros como meios de divulgação da ciência do país.

Os indicadores bibliométricos e as bases utilizadas na área são: SCOPUS: CiteScore; Web of Science CLARIVATE: Fator de Impacto - Journal Citation Reports (JCR); Medline; SCIELO; RevEnf; LILACS; BDEnf; CINAHL; RIC CUIDEn e Latindex.

A produção intelectual em artigos será classificada em oito (8) estratos (A1 a A8) e terão especificidades de critérios avaliativos para os periódicos da Enfermagem e para os de fora da Área. Dos estratos A1 ao A4, a avaliação dos veículos terá como base o fator de impacto nas bases Web of Science e Scopus (JCR e CiteScore). Nos casos em que o periódico conste em ambas as bases, será classificado no estrato em que tiver a maior fator.

Para as produções nos estratos A3 e A4, além do fator de impacto, serão também valorizadas a presença dos periódicos em outras bases: MEDLINE, SCIELO e RevEnf. Para estratificar os periódicos do A5 ao A8 da Área da Enfermagem, serão utilizadas como bases LILACS, BDEnf, RIC CUIDEN, CINAHAL e LATINDEX.

Para as produções em veículos que não são da Enfermagem, serão classificados de A5 a A8 nas bases MEDLINE, SCIELO, LILACS e LATINDEX.

Os artigos publicados em periódicos não presentes em alguma base citada anteriormente ou com práticas editoriais duvidosas, serão categorizados como artigos não classificados (ANC).

Ainda no procedimento 2, a Área classificará os artigos por indicadores bibliométricos diretos (índice de citação e altimetria, para a análise quantitativa), que serão verificados a posteriori. Os artigos poderão ter seus níveis de referência alterados para até no máximo um nível acima do nível indicado pela estratificação mencionada abaixo. 5% dos artigos com melhores índices de citação, dentre todos os artigos de cada veículo, terão seu estrato aumentado em 1 nível. O valor do índice de citação para cada artigo será aquele fornecido pela CAPES.

O Quadro 1 apresenta a síntese das bases e indicadores de classificação de partida da produção de artigos em periódicos para a Área de Enfermagem. Importante destacar que os artigos poderão ter seus níveis de referência alterados para até no máximo um nível acima do nível indicado, considerando o índice de citação.

ESTRATO	ENFERMAGEM			OUTRAS ÁREAS		
	JCR	CITESCORE	OUTRAS BASES	JCR	CITESCORE	OUTRAS BASES
A1	≥ 1,8	ou ≥ 2,9		≥ 5	ou ≥ 5	
A2	1,1 a 1,7	ou 1,8 a 2,8		4,0 a 4,9	ou 4,0 a 4,9	
A3	0,6 a 1,0	ou 0,7 a 1,7	ou MEDLINE	3,0 a 3,9	ou 3,0 a 3,9	
A4	0,1 a 0,5	ou 0,1 a 0,6	ou SCIELO ou RevEnf	2,0 a 2,9	ou 2,0 a 2,9	
A5			LILACS ou BDENF	1,0 a 1,9	ou 0,1 a 1,9	ou MEDLINE
A6			RIC/ CUIDEN ≥ 1,5	0,1 a 0,9		ou SCIELO
A7			CINAHL ou RIC/ CUIDEN 0,1 a 1,4			LILACS
A8			Latindex			Latindex
NC	Não classificadas			Não classificadas	Não classificadas	

Quadro 1. Critérios de classificação das produções de artigos em periódicos para a Área de Enfermagem

Ao realizar simulações da utilização dos critérios de classificação acima com a produção da Área do quadriênio 2017-2020 e biênio 2021-2022, verificou-se que a nova estratificação discrimina os diferentes níveis do desenvolvimento dos programas, valoriza a área da Enfermagem e áreas afins e, induz a internacionalização da área, sem desvalorizar a produção nacional.

No procedimento 3, será realizada análise qualitativa dos artigos. Serão analisadas as cinco produções em periódicos relevantes, com as justificativas do Programa. Caso haja interesse, poderão ser trocadas até duas produções em periódicos relevantes por duas produções de livros relevantes, com as justificativas do Programa. Serão consideradas na

avaliação, os indicadores bibliométricos do artigo, se a produção é resultante de macroprojeto e/ou de dissertação/tese, temáticas do artigo (em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável ou com a agenda de prioridades em pesquisa na saúde) e o avanço científico ou conceitual da produção para o conhecimento da Enfermagem.

A produção da Área em livros será estratificada em dois níveis, sendo L1 (livros de maior qualidade), L2 (livros de qualidade). Livro não classificado (LNC) será atribuído a possíveis itens incluídos pelos Programas, mas que não atendam os requisitos que definem um livro, podendo ser cartilhas, material didático, ou outro tipo de produção.

A avaliação dos livros resultará em pontuação que pode variar de zero a 100 pontos. Os livros que receberem de 85 a 100 pontos serão classificados como L1 e aqueles que receberem entre 70 e 84 pontos, serão classificados como L2.

Os livros serão avaliados segundo a aderência à área de avaliação e ao perfil institucional estratégico do programa. Em caso de resposta afirmativa atribuiu-se um ponto e, na negativa, o livro será glosado e não será avaliado. Aqueles considerados aderentes, terão três quesitos avaliados: 1 - Características Formais da Obra, 2 - Avaliação Indireta da Qualidade e 3 - Avaliação Direta da Qualidade, sendo-lhes atribuídos, respectivamente, até 24, até 25 e até 50 pontos.

Os três quesitos incluem:

- Quesito 1 - Características formais da obra, incluindo Tipo de Editora (até 8 pontos), Idioma (até 5 pontos), Conselho Editorial (até 8 pontos) e Informações sobre os autores (até 3 pontos).
- Quesito 2 - Natureza do texto (10 pontos) e Origem da obra (15 pontos).
- Quesito 3 - Inovação (10 pontos), Relevância (20 pontos), Impacto (10 pontos) e Autoria com discente (10 pontos).

Para a avaliação dos produtos técnicos-tecnológicos (PTT) deverão ser aderentes à Área, e serão considerados 12 tipos de PTT passíveis de serem classificados em T1 ou T2, são eles: Tecnologia Social; Material Didático; Manual/Protocolo; Processo/Tecnologia e Produto/Material não Patenteável; Ativos de Propriedade Intelectual; Software/Aplicativo; Empresa ou Organização Social Inovadora e Produtos/Processos em Sigilo; Editoração; Curso de Formação Profissional; Produto Bibliográfico Técnico/Tecnológico e Taxonomias, Ontologias e Tesouros.

Para classificação dos PTT em T 1 e T2, são quatro os quesitos:

- Quesito 1 – Aderência: sim ou não (sendo esse quesito obrigatório, se não aderente, o PTT não será avaliado nos demais quesitos), ainda, se não há presença de docente na autoria e se o PTT não for auditável, o PTT será considerado não aderente.

- Quesito 2 – Aplicabilidade (classificada em impacto real e potencial):
 - - Abrangência: - Internacional (em país diferente do Brasil) ou nacional (em diferentes estados do território nacional): 2,0 pontos; - Local/Regional (um ou mais municípios do mesmo estado): 1,5 ponto;
 - - Replicabilidade (capacidade de ser desenvolvida em/por diferentes ambientes e grupos sociais): - Sim: 2,0 pontos; - Não: 1,0 ponto;
 - - Tipo de Impacto: - Real (ocorreram mudanças, social, econômica, educacional, na saúde e outras, resultantes do PTT): 2,0 pontos; - Potencial (ainda não foi possível identificar mudanças concretas resultantes do PTT): 1,0 ponto;
- Quesito 3 – Inovação (ação ou ato de inovar, podendo ser uma modificação de algo já existente ou a criação de algo novo) quanto ao grau de teor inovativo: - Alto (desenvolvimento com base em conhecimento inédito): 2,0 pontos; - Médio (combinação de conhecimentos pré-estabelecidos): 1,5 ponto; - Baixo (adaptação de conhecimento já existente): 1,0 ponto; - Sem inovação aparente (repetição de conhecimento já existente): 0,5 ponto;
- Quesito 4 – Complexidade (grau de interação entre atores, relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento do PTT): - Alta: inclui Tecnologia Social; Material Didático; Manual/Protocolo; Processo/Tecnologia e Produto/Material não Patenteável; Ativos de Propriedade Intelectual; Software/Aplicativo; Empresa ou Organização Social Inovadora e Produtos/Processos em Sigilo: 2,0 pontos; - Média: inclui Editoração; Curso de Formação Profissional; Produto Bibliográfico Técnico/Tecnológico e Taxonomias, Ontologias e Tesouros: 1,5 pontos; - Baixa: Outros: 1,0 ponto.

O PTT será considerado T1 = > 8,0 a 10,0 = 100 pontos e T2 = > 6,5 a 8,0 = 75 pontos.

Importante:

Para efeitos de uso em quaisquer denominadores que incluam docentes permanentes, discentes e egressos, ficam excluídas mães por quatro anos a partir do nascimento/adoção. Para a avaliação quadrienal (2025-2028), a exclusão poderá retroagir a 2023. Para efeitos de uso em quaisquer denominadores que incluam docentes permanentes, ficam excluídos os professores que obtiveram licença formal de saúde de sua instituição por, no máximo, 12 meses.

Ainda, para efeitos de uso de quaisquer denominadores que incluam docentes permanentes, a Área excluirá dos denominadores os docentes permanentes recém-credenciados, Jovens Docentes Permanentes (JDP) na primeira Avaliação Quadrienal.

O relatório do programa deverá indicar claramente os docentes permanentes, discentes, egressos e JDP, nas condições citadas acima.

2.3 Perspectivas da área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência aberta

A Ciência Aberta é um movimento mundial com a finalidade de transformar o conhecimento científico compartilhado e sem fronteiras para a comunidade científica mundial e para toda a sociedade. Entende-se que o maior acesso ao conhecimento científico proporciona mais cooperação, reutilização de dados e maior inclusão de todas as partes interessadas, promovendo avanço mais rápido do conhecimento científico e maior transferência para a sociedade.

Trata-se de mudança de cultura global, recomendada pela UNESCO e está relacionada principalmente com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU que tratam de ‘Paz, Justiça e Instituições Eficazes’ (ODS 16) e ‘Parcerias e Meios de Implementação’ (ODS 17). É definida como “uma construção inclusiva que combina vários movimentos e práticas com o objetivo de tornar o conhecimento científico multilíngue disponível abertamente, acessível e reutilizável para todos, para aumentar as colaborações científicas e o compartilhamento de informações para o benefício da ciência e da sociedade, e para abrir os processos de criação de conhecimento científico, avaliação e comunicação aos atores sociais além da comunidade científica tradicional. Inclui todas as disciplinas científicas e aspectos de práticas acadêmicas, incluindo ciências básicas e aplicadas, ciências naturais e sociais e humanidades, e se baseia nos seguintes pilares principais: conhecimento científico aberto, infraestruturas de ciência aberta, comunicação científica, engajamento aberto de atores sociais e diálogo aberto com outros sistemas de conhecimento” (<https://en.unesco.org/news/draft-recommendation-open-science-its-way-final-adoption>).

A CAPES está comprometida em fortalecer o acesso aberto ao conhecimento, promovendo a transparência, colaboração e ampla disseminação do saber. A agência tem dirigido esforços no sentido de construir um futuro em que a informação seja acessível e contribua para o crescimento e desenvolvimento global.

Na área da Enfermagem, a ciência aberta é identificada pela qualidade e integridade científica, inclusão, ética, transparência, respeito aos direitos autorais e de propriedade intelectual, bem como igualdade de oportunidades, colaboração, responsabilidade, flexibilidade e sustentabilidade. Consiste no fazer científico nos Programas de Pós-Graduação da área pautado pelas boas práticas desde o início da pesquisa, a publicação e acesso a seus resultados, até a promoção da saúde e qualidade de vida da população, de forma que informações e infraestruturas possam ser preservadas, compartilhadas, utilizadas e aproveitadas por todos os agentes que produzem ciência ou a utilizam.

3 IMPACTO

3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade¹³

A área avaliará casos de impacto dos programas. Casos de impacto são conjuntos articulados de ações (produtos ou processos) do Programa que demonstrem evidentes efeitos externos para a sociedade, sejam eles de natureza econômica, social, política, ambiental, cultural, tecnológica, de saúde e bem-estar ou de ensino e aprendizagem. Serão avaliados três casos de impacto relativos à produtos ou processos articulados com PP, LP e AC, indicados pelo Programa por seu impacto. O produto ou processo pode ter produção em dois quadriênios anteriores, porém o impacto, necessariamente deve ser analisado no quadriênio da avaliação. Para cada caso será atribuída pontuação e serão considerados como critérios: presença de discente no caso; relevância e impacto para a Área de Enfermagem e o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, social e/ou de inovação.

Considerar na justificativa apresentada: articulação com as agendas mundiais, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, oferta de novos serviços ou produtos; ações de extensão na pós-graduação, melhoria na saúde de indivíduos; aumento na empregabilidade; proposição de políticas públicas ou econômicas; participação de entes sociais no fomento à pesquisa; impacto ambiental. Considerar também tratar-se de impacto real ou potencial, com transferência de conhecimento para a sociedade; aplicabilidade (local, regional, nacional ou internacional); potencial de replicação; visibilidade; complexidade e teor de inovação (alto, médio, baixo) e resultado de pesquisa aplicada.

3.1.1 IMPACTO TECNOLÓGICO

Na saúde e enfermagem a incorporação tecnológica e inovação podem contribuir diretamente com a qualidade de vida, efetividade do cuidado, disponibilidade de novas técnicas assistenciais, disponibilidade de equipamentos, promovendo assim um viver saudável para indivíduos e coletividades. As tecnologias e inovações contemplam um campo de atividades de caráter científico, organizacional, financeiro ou comercial. Estas se executam por produtos, processos tecnológicos e serviços totalmente novos ou melhorados de forma significativa. Considera-se que uma inovação tenha sido implementada se estiver aplicada à prática social ou se for usada dentro de um processo produtivo ou de determinados serviços. A inovação é conceitualmente compreendida como resultado da introdução de um novo conhecimento ou de uma tecnologia

¹³ Considerando incentivos para ampliar transferência/compartilhamento de conhecimento e expandir produtos/processos de inovação tecnológica e social.

econômica e socialmente útil. Por tecnologia compreende-se a aplicação de conhecimento científico para propósitos práticos em qualquer campo e este inclui métodos, técnicas e instrumentação.

Inserção e Impacto Político e Social - O enfermeiro é o profissional-chave para efetivação de políticas públicas de saúde, e a enfermagem reconhecidamente a força-motriz do SUS, atuando em todos os níveis da atenção à saúde com compromisso ético, político e social, com as boas práticas aplicadas aos serviços de saúde. Entende-se por impacto político dos programas de pós-graduação a qualificação dos profissionais de enfermagem e saúde para atuação em posições estratégicas e de liderança, com participação na elaboração e implementação de políticas públicas de saúde a nível regional, nacional e internacional, bem como, geração de processos e produtos que contribuam para eficiência do cuidado de enfermagem e de gestão em saúde no ambiente de trabalho. O indicador do impacto político de um programa de pós-graduação da área da Enfermagem deve ser avaliado pelo percentual gradativo, ou seja, a curto, médio e longo prazo, de inserção de egressos, discentes e docentes em posições estratégicas e de liderança nos diversos setores da saúde, da gestão e da educação, guiando ou influenciando na resposta às necessidades sociais e de saúde.

A CAPES vem adotando a valorização de indicadores como o papel social da pós-graduação e instrumentos de inclusão social para avaliação dos cursos de pós-graduação. A Área valoriza aspectos concernentes à inserção social e atuação de grupos de pesquisa na divulgação concomitante de resultados em canais pertinentes (jornais locais, web, entrevistas), além da produção comunicada em periódicos de seletiva política editorial, para que haja visibilidade na sociedade dos resultados de pesquisa produzidos com impacto na saúde e no cuidado. Considera o impacto do programa no desenvolvimento local, regional e nacional e, assim, incluirá indicadores qualitativos de forma a captar tal impacto.

O impacto social deve refletir na formação de recursos humanos qualificados para atuar de forma proativa e integrada na sociedade e no aprimoramento da gestão pública e na redução da dívida social, bem como para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e dos conhecimentos decorrentes de pesquisas. Inserem-se neste campo, os serviços e atendimentos à comunidade desenvolvidos com efetiva participação de docentes e discentes do Programa, visando soluções e/ou respostas para situações emergentes do cotidiano da prática nas instituições de saúde no contexto do SUS, do ensino e dos desafios das ações relativas às ações para implantação das políticas públicas.

Ressalta-se que a presença de política de Ações Afirmativas para ingresso e/ou bolsas no âmbito da pós-graduação constitui-se numa possibilidade de impacto e inserção social, proporcionando espaços de diversidade, com desdobramentos como mudanças nas agendas de pesquisa, na definição de prioridades e na produção do conhecimento acadêmico na área.

3.1.2 IMPACTO ECONÔMICO

O Impacto Econômico é compreendido a partir da melhoria de indicadores relacionados às atividades desenvolvidas pelos programas em relação à produção, distribuição e consumo de bens e serviços e pelos recursos humanos capacitados. Sob este prisma, o impacto econômico será avaliado a partir de três indicadores: indicadores associados aos produtos/processos oriundos dos trabalhos desenvolvidos por docentes e discentes; indicadores relacionados a melhoria das condições de renda e trabalho dos egressos dos programas e indicadores que demonstrem a capacidade de autossuficiência dos programas de pós-graduação.

O primeiro indicador inclui: o desenvolvimento e registro de produtos/processos que geraram melhoria no ambiente de trabalho; na condição de vida da população da região; ganho econômico e financeiro para a organização; a incorporação de resultados de pesquisa em ambientes de prática profissional com definição dos aspectos inovadores e de sua relação custo-benefício; comprovação da eficiência de novas formas de cuidar a partir de resultados de pesquisa que demonstrem avanços nas diversas áreas do conhecimento de enfermagem; desenvolvimento e validação de novas formas de diagnosticar e intervir em problemas de enfermagem de modo a permitir maior eficiência na tomada de decisão e conseqüentemente a obtenção de melhores resultados de saúde.

O segundo indicador será considerado sob a ótica da capacitação e incorporação laboral dos recursos humanos formados nos programas de pós-graduação. Espera-se um incremento de egressos em cargos de tomada de decisão, com incorporação dos mesmos em ambientes laborais correspondente a sua área de interesse, e conseqüente aumento de sua renda. Ademais, a aprovação para ocupação de cargos públicos e as mudanças implementadas por estes egressos nos serviços de saúde são pontos relevantes para o estabelecimento do impacto econômico produzido pelos programas.

No terceiro indicador serão considerados indicativos de autossuficiência econômica produzida pelos programas de pós-graduação: a capacidade de captação de recursos nos níveis local, regional, nacional e internacional, sobretudo quando tal captação contar com a participação de alunos e egressos, ou quando estes últimos forem os responsáveis diretos pela obtenção de financiamentos que levem ao aperfeiçoamento dos serviços prestados à comunidade.

3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas (internacionalização incluída). Popularização da Ciência

O enfermeiro é o profissional-chave para efetivação de políticas públicas de saúde, e a enfermagem reconhecidamente a força-motriz do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando em todos os níveis da atenção à saúde com compromisso ético, político e social, com as boas práticas aplicadas aos serviços de saúde. O desenvolvimento da inserção e visibilidade dos programas da área de Enfermagem são fortemente marcados pela geração de processos e produtos que contribuam para a eficiência do cuidado de enfermagem e de gestão em saúde no ambiente de trabalho.

A área valoriza aspectos concernentes à popularização da ciência e atuação de grupos de pesquisa na divulgação concomitante de resultados em canais pertinentes (jornais locais, web, entrevistas), além da produção comunicada em periódicos de seletiva política editorial, para que haja visibilidade na sociedade dos resultados de pesquisa produzidos com impacto na saúde e no cuidado. Popularização da ciência é o ato de difundir e divulgar a ciência para toda sociedade, em meio a tantos desafios sociais, ambientais, econômicos e tecnológicos, entre outros. Faz-se necessário cada vez mais fomentar a ciência, a tecnologia e a inovação que contribuam para o bem-estar social e que possam contribuir para atingir os objetivos socialmente definidos.

Dessa forma, a área considera o impacto do programa no desenvolvimento local, regional e nacional e, assim, incluirá indicadores qualitativos de forma a captar tal impacto.

Ainda no contexto da expansão com qualidade, a área de Enfermagem deve continuar a contribuir solidariamente com as propostas da OPAS/OMS, relativas à formação de enfermeiros doutores para a América Latina e Caribe, desenvolvendo mecanismos de atração de alunos dessa região, bem como fortalecer a já citada integração Sul-Sul, para que os doutores formados no nosso Sistema de Pós-graduação produzam nucleação nos seus locais de origem e promovam o progresso científico-tecnológico mundial. Nesse sentido, os PCI internacionais apresentam-se como possibilidade.

A Área entende a internacionalização acadêmica, na qual se insere a da pós-graduação, como relevante para seu crescimento e estimula esse processo como ferramenta de formação de docentes e discentes, permitindo a vivência de experiências complementares ao processo educacional no âmbito da pós-graduação.

Além disso, entende o processo de internacionalização como mecanismo para contribuir com o desenvolvimento de tecnologias e inovação para o cuidado, especialmente a partir de colaboração entre os grupos de pesquisa, com desenvolvimento de projetos conjuntos e captação de recursos internacionais, além de estratégias de mobilidade, como estágios de pesquisa no exterior e visitas técnicas;

participação e organização de cursos e eventos internacionais; celebração de cotutelas, dupla titulação e coorientação de mestrado e doutorado; recebimento de professores visitantes e de alunos pelo Programa de Estudante Convênio de Pós-graduação (PEC-PG), doutorado sanduíche e pós doutorado, com a premissa de suscitar, nos recursos humanos em formação, o desejo permanente de aperfeiçoamento profissional para o desenvolvimento da área e do cuidado humano. Também são valorizadas: a participação no Programas Institucional de Internacionalização da Capes, em comitês de sociedades científicas, a elaboração de pareceres e editoria de periódicos internacionais, intercâmbios e convênios de cooperação, a participação em bancas internacionais, a oferta de disciplinas em outros países e em língua estrangeira no Brasil. A internacionalização também se manifesta na publicação científica qualificada de docentes permanentes com discentes e/ou egressos em periódicos qualificados em âmbito mundial, evidenciado pela citação dessas publicações e qualidade da produção intelectual.

Na avaliação da internacionalização serão valorizadas as ações que tiverem efeitos diretos para a melhoria do ensino e da pesquisa, bem como para a resolução de problemas da humanidade, nos âmbitos nacional ou mundial.

3.3 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade

A Área valoriza os Programas que contribuam com a formação de professores da educação básica, considerando sua vocação e possibilidades. Valoriza, inclusive, o desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou extensão universitária no âmbito da educação básica, bem como a formação de professores para o ensino técnico (Educação Profissional).

A orientação de alunos da educação básica, a partir de programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica aos estudantes de Ensino Médio (PIBIC Jr) é outra ação a ser considerada no processo de avaliação dos Programas da área, assim como a formação de enfermeiros para atuação no ensino médio, por meio de projetos de pesquisa e iniciativas junto aos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA

A excelência da pós-graduação na Área de Enfermagem é compreendida quando os indicadores de formação, de produção intelectual e de impacto são completamente atendidos. Além dos referidos critérios, outros indicadores de excelência devem ter clara distinção.

A Área entende a internacionalização acadêmica, na qual se insere a da pós-graduação, como relevante critério para avaliação da excelência e seu crescimento estimula o processo qualificado de formação de docentes e discentes, permite a vivência de experiências complementares ao processo educacional no âmbito da pós-graduação. Além disso, entende o processo de internacionalização como mecanismo para contribuir com o desenvolvimento de tecnologias e inovação para o cuidado, especialmente a partir de colaboração entre os grupos de pesquisa, com desenvolvimento de projetos conjuntos e captação de recursos internacionais, além de estratégias de mobilidade, como estágios de pesquisa no exterior e visitas técnicas; participação e organização de cursos e eventos internacionais; celebração de cotutelas e orientação de mestrado e doutorado; recebimento de professores visitantes e de alunos, doutorado sanduíche e pós doutorado, com a premissa de suscitar, nos recursos humanos em formação, o desejo permanente de aperfeiçoamento profissional para o desenvolvimento da área e do cuidado humano.

Também são valorizadas a participação no Programa Institucional de Internacionalização, em comitês de sociedades científicas, a elaboração de pareceres e editoria de periódicos internacionais, intercâmbios e convênios de cooperação, a participação em bancas internacionais, a oferta de disciplinas em outros países e em língua estrangeira no Brasil.

A excelência também se manifesta na publicação científica qualificada de docentes permanentes com discentes e/ou egressos em periódicos qualificados em âmbito mundial, evidenciado por seus indicadores bibliométricos, pela citação dessas publicações e classificação da produção intelectual. Na avaliação da excelência também serão valorizadas as ações que realmente tiverem efeitos diretos para a melhoria do ensino e da pesquisa, bem como para a resolução de problemas da humanidade, nos âmbitos nacional ou mundial.

Os programas de excelência da Área de Enfermagem devem ter casos de impacto de relevo nacional e internacional. Casos de impacto são conjuntos articulados de ações (produtos ou processos) do Programa que demonstrem evidentes efeitos externos para a sociedade, sejam eles de natureza econômica, social, política, ambiental, cultural, tecnológica, de saúde e bem-estar ou de ensino e aprendizagem. Serão considerados como critérios de avaliação do impacto: presença de discente no caso; relevância e impacto para a Área de Enfermagem e o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural,

social e/ou de inovação. Os programas devem considerar na justificativa apresentada de seus casos de impacto: articulação com as agendas mundiais, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, oferta de novos serviços ou produtos; ações de extensão na pós-graduação, melhoria na saúde de indivíduos; aumento na empregabilidade; proposição de políticas públicas ou econômicas; participação de entes sociais no fomento à pesquisa; impacto ambiental. Considerar também tratar-se de impacto real ou potencial, com transferência de conhecimento para a sociedade; aplicabilidade (local, regional, nacional ou internacional); potencial de replicação; visibilidade; complexidade e teor de inovação (alto, médio, baixo) e resultado de pesquisa aplicada.

Os programas de excelência devem demonstrar sua contribuição na construção responsável de uma ciência sólida, buscando promover os mais altos padrões de integridade científica.

Ações de integração entre Programas e/ou participação em outros Programas, em especial, apoio aos novos são importantes evidências de programas de excelência. Serão consideradas ações de solidariedade: Projetos de Cooperação entre Instituições (nacional ou internacional); assessorias para formulação de propostas de cursos novos, coorientação em programas com menor avaliação, participação em redes de pesquisa interinstitucionais, visando diminuir os desequilíbrios regionais na oferta e no desempenho da pós-graduação e atender as novas áreas de conhecimento, buscando a promoção e o fortalecimento dos programas de pós-graduação.

No que se refere a excelência, a área de Enfermagem também deve continuar a contribuir solidariamente com as propostas da OPAS/OMS, relativas à formação de enfermeiros doutores para a América Latina e Caribe, desenvolvendo mecanismos de atração de alunos dessa região, bem como fortalecimento da integração Sul-Sul, para que os doutores produzam nucleação nos seus locais de origem e promovam o progresso científico-tecnológico mundial. Nesse sentido, propostas de PCI apresentam-se como possibilidade.

Assim, o exemplo concreto de PPG de excelência na Área de Enfermagem está intimamente conectado aos ODS em suas dimensões social, ambiental, econômica e do desenvolvimento sustentável, de forma integrada e inter-relacionada e em consonância com a Agenda de Prioridades em Pesquisa para o SUS; é potencializar pesquisas voltadas às emergências climáticas mundiais, e outros desastres no país, bem como, à pandemia; ter duplas e triplas titulações e formação em cotutela; ter produções voltadas à tecnologia e inovação, que fortaleçam o desenvolvimento da enfermagem como ciência e prática social; novas técnicas assistenciais e qualificação de equipamentos, promovendo cuidado efetivo e contribuindo com a qualidade de vida e saúde das pessoas; enfermagem enquanto área intimamente relacionada ao desenvolvimento/apoio ao SUS; produção de circulação internacional/com pesquisadores do exterior, a partir de projetos amplos em Rede; corpo docente com pós-doutorado em instituições internacionais, atuação como professor visitante no exterior;

grupos de pesquisa com participação de pesquisadores do exterior, financiamento de agências internacionais; participação em banca/eventos/pesquisas internacionais; oferta de disciplinas em outros idiomas, o que pode contribuir com a captação de estudantes do exterior; vinculação a cargos relevantes na Política Nacional de Saúde/Educação/Ciência, Tecnologia e Inovação; projetos de cooperação interinstitucional no exterior; promover ações de solidariedade no eixo sul-sul e nas áreas de assimetria no país.

5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE

5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

Há diversidade no interior da Área de Enfermagem, especialmente quando se consideram as diferentes tradições na pós-graduação e conseqüentemente na produção científica, visto que também na Enfermagem a produção científica está muito relacionada à pós-graduação. Assim, apesar da expansão vivenciada nos últimos anos, muitos desafios ainda precisam ser enfrentados para reduzir as diferenças intrarregionais, inter-regionais, estaduais e interestaduais e aumentar a relevância da produção acadêmica e a qualidade dos egressos dos Programas de Pós-Graduação da Área de Enfermagem. Apesar da menor quantidade de programas de pós-graduação em regiões de assimetrias, bem como da sua maior concentração nas capitais, há necessidade, de interiorização da Pós-Graduação no país e de maior oferta de cursos, especialmente cursos de Doutorado, para qualificação docente.

Assim, a área apoia a formação de doutores a partir de Programas Interinstitucionais, até que as políticas de indução de implantação de Programas contemplem cursos de Doutorado nesta região. Também, é importante a indução de oferta de turmas de PCI de Mestrado (Minter) e Doutorado (Dinter) Profissional em alguns estados, de forma a qualificar profissionais inseridos ou a serem inseridos no mundo do trabalho, que possam gerar produtos e processos que revertam para a prática profissional dessa região. Apesar do notável esforço empreendido na tarefa de formar bem os recursos humanos, a quantidade de doutores, em geral, ainda é insuficiente para o desenvolvimento científico e tecnológico da área. Nesse sentido, apesar da situação mais crítica apontada para a região Norte e Centro-oeste, evidenciando assimetrias regionais, a expansão de cursos de Doutorado é necessária também em outras regiões, especialmente considerando a tendência de existência em capitais dos estados.

Excepcionalidades, quanto ao número de docentes, experiência de orientação, proporção de dedicação exclusiva ao programa, poderão ser aplicadas no caso de programa ser originário de regiões com comprovada baixa densidade de cursos de pós-graduação na área de Enfermagem.

Importante também, destacar que a Área apoia fortemente as ações de inclusão das mulheres no fortalecimento da pesquisa e da educação no país. A Enfermagem estimula que os programas dirimam esforços no sentido de prevenir a desistência das mulheres na vida acadêmica. Assim, serão excluídas mães e pessoas em situação de monoparentalidade, por quatro anos a partir do nascimento/adoção, de quaisquer denominadores que incluam docentes permanentes, discentes e egressos, bem como, professores que obtiveram licença formal de saúde de sua instituição por, no máximo, 12 meses.

5.2 Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI)

A Área valoriza o desenvolvimento de estratégias para integração, cooperação entre Programas, visando ao desenvolvimento técnico-científico, permitindo que variados Programas de Pós-Graduação, em diferentes níveis de desenvolvimento e com diferentes experiências nacionais e internacionais, troquem experiências que culminam no desenvolvimento desta modalidade de ensino em regiões ou sub-regiões prioritárias e do Sistema de Pós-Graduação Nacional como um todo.

Assim, as turmas PCI se voltam a regiões, no Brasil ou no exterior, afastadas dos centros com maior experiência no ensino e pesquisa, de forma que, contando com a solidariedade de programas mais desenvolvidos, possam promover a qualificação de recursos humanos para a docência e/ou pesquisa, fortalecer grupos de pesquisa e promover a cooperação entre instituições de ensino e pesquisa, até que haja massa crítica suficiente para a criação de programas de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, nesses locais.

O foco em regiões afastadas dos centros mais experientes também deve motivar a oferta de Turmas de PCI (Minter e Dinter), neste caso com objetivo de qualificar recursos humanos para o mercado de trabalho, atender demandas sociais, profissionais, técnicas e tecnológicas das organizações públicas e privadas; contribuir com o aumento da produtividade e competitividade das organizações brasileiras e promover a cooperação entre instituições, acadêmicas ou não.

5.3 Visão da área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

Desde 2002, os programas de pós-graduação no Brasil vêm adotando ações afirmativas no sentido de promover o acesso e a permanência de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência nos cursos de mestrado e doutorado.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal confirmou a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa, garantindo a ampliação das políticas de inclusão de pessoas pretas e pardas no Ensino Superior. E, em 2016, por meio da Portaria número 13, o MEC estabeleceu que as instituições federais de ensino superior deveriam apresentar propostas para a inclusão de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação como políticas de ações afirmativas (art.1º).

Em 2018, 26% dos Programas contavam com alguma medida de ação afirmativa. E, em 2021, a porcentagem passou para 54% (dados disponíveis em www.obaap.com.br), indicando o crescimento da preocupação da comunidade acadêmica e científica com o tema e o impacto da legislação.

Os programas devem indicar a existência, no âmbito da instituição ou no regulamento do programa, de políticas de ações afirmativas que busquem promover o acesso e a permanência na pós-graduação, bem como, de boas práticas de acessibilidade para pessoas com deficiência. Na ausência dessas políticas, que seja indicado um plano para a sua adoção.

A avaliação aborda as políticas de ações afirmativas com foco na promoção da equidade, diversidade e inclusão, políticas de apoio à maternidade e a valorização do cuidado, políticas de enfrentamento ao assédio e violência de gênero contra mulheres e suas interseções e todo tipo de discriminação, contemplando os seguintes aspectos:

- Descrição da Diversidade: relatar a composição do corpo docente e discente, destacando o esforço do programa para ampliar a representatividade e a permanência de grupos historicamente sub-representados.
- Implementação de Políticas: apresentar ações afirmativas para docentes e discentes direcionadas ao acesso e permanência de mulheres, pessoas negras (pretas e pardas), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência (PcD), refugiadas e indivíduos transgêneros, transexuais ou travestis. Incluir iniciativas voltadas à conscientização e combate ao assédio, e à criação de ambientes acolhedores.
- Políticas Voltadas à Maternidade: Relatar as políticas do programa voltadas ao apoio à maternidade, incluindo a ampliação do tempo de avaliação dos currículos de docentes que estiveram em afastamento temporário, igual ou superior a 4

(quatro) meses, por motivo de parto, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção, tanto nos processos de credenciamento/recredenciamento quanto para discentes nos processos seletivos.

- Flexibilização de Prazos: Apresentar como os afastamentos temporários decorrentes da maternidade são considerados como justificativa legítima para ampliação de prazos relativos às atividades da pós-graduação, tanto para docentes quanto para discentes.
- Apoio a Lactantes: Detalhar as políticas implementadas para docentes e discentes lactantes nos processos seletivos e durante o desenvolvimento das atividades no PPG, assegurando suporte para a conciliação entre as responsabilidades acadêmicas e o cuidado.
- Acompanhamento e Avaliação: Demonstrar como o programa acompanha a implementação e os resultados dessas políticas, promovendo ajustes constantes para fortalecer a inclusão, incluindo o impacto delas na permanência e desempenho de docentes e discentes, mesmo que não haja demanda em determinados períodos.

No cálculo de indicadores de produção serão considerados o período de maternidade e a valorização do cuidado. Portanto, é facultado aos programas que informem as docentes e as pós-graduandas que estiveram em afastamento temporário (igual ou superior a 4 meses) em virtude da ocorrência de parto, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção. Docentes e pós-graduandas nessa situação serão excluídas do denominador do cálculo dos indicadores (sem que ocorra exclusão do numerador e da lista de produção geral do PPG). Para estes casos, serão excluídas docentes e pós-graduandas com crianças na primeira infância (de 0 a 6 anos). Para nascimento ou adoção de crianças com deficiência a exclusão do denominador para o cálculo dos indicadores pode ser solicitada independente da sua idade.

Na descrição das ações de interação com sociedade avaliadas no Quesito 3, o programa deve mencionar as suas ações que contribuem para o desenvolvimento social, econômico, e cultural dos públicos sub-representados, tais como comunidades indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência (PcD), estudantes de escolas públicas e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

6 ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS

6.1 Visão da Área sobre fusão, desmembramento, migração, mudanças de nome, de área básica e de modalidade

A Área estimula a fusão (processo em que dois ou mais programas de pós-graduação em funcionamento se unem para a formação de um novo programa ou para integração de discentes, docentes, recursos e infraestrutura a um dos programas, extinguindo-se o programa que foi incorporado) quando, pelos mecanismos de autoavaliação, avaliação interna e/ou externa forem identificadas redução da demanda de formação, dificuldades de manutenção do Programa, de manutenção de conceito mínimo exigido pela CAPES para o seu funcionamento, redução significativa do quadro de docentes permanentes, limitações institucionais ou outras demandas devidamente justificadas.

O desmembramento é o processo em que um Programa em funcionamento tem sua proposta, o quadro docente, os discentes e a infraestrutura subdivididos, para compor programa já existente ou para criar um ou mais novos programas, desde que se mantenha, necessariamente, o programa original. A Área de Enfermagem não recomenda o desmembramento de Programas. A CAPES dispõe de legislação específica sobre fusões, desmembramentos e migrações dos programas de pós-graduação stricto sensu, a qual será seguida pela Área.

A Área admite solicitações de mudança de área básica, considerando-se área básica como o conjunto de conhecimentos interrelacionados, coletivamente construído e padronizado, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas. A mudança de área básica pode ser solicitada a qualquer tempo e tem como objetivo reposicionar o PPG em área básica distinta, sem mudança de área de avaliação (Portaria Capes nº 187, de 24 de junho de 2024).

A mudança de nomenclatura do programa ou de qualquer de seus cursos pode ser solicitada a qualquer tempo e tem por objetivo a padronização de designações ou a adequação de eventuais impropriedades, atendidos os padrões objetivos instituídos pela Capes (Portaria nº 201, de 7 de outubro de 2022).

Há, ainda, a possibilidade de solicitação de mudança da modalidade do programa têm como objetivo promover a alteração de característica essencial do PPG, no âmbito da modalidade do programa, de "acadêmico" para "profissional" ou vice-versa; ou no âmbito da modalidade de ensino, de "presencial" para "a distância" ou vice-versa. A Área não recomenda a mudança de modalidade de ensino.

São requisitos para admissão do pedido de mudança da modalidade do programa ou de mudança da modalidade de ensino que o PPG: I - tenha sido submetido a pelo menos

uma avaliação de permanência; e II - apresente projeto circunstanciado sobre as transformações solicitadas.

7 OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA

Têm sido relevantes para o desenvolvimento da Área não apenas as avaliações quadrienais, mas também os Seminários “de Meio Termo”. Além disso, a Área tem tradição de realizar discussões sobre pós-graduação e pesquisa em eventos nacionais, como por exemplo, no Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem (SENPE) e Congresso Brasileiro de Enfermagem. Um Fórum anual também tem sido realizado, permitindo a abordagem de questões específicas que contemplam os Programas Profissionais.

Esses momentos podem ser usados de maneira estratégica, de forma a: identificar fragilidades e mecanismos de superação, possibilidades de articulação interinstitucional, conformação de redes de pesquisa e articulação entre grupos de pesquisa; promover, de maneira sólida, a articulação da pós-graduação com as prioridades de pesquisa para o país e discutir o tipo de pesquisador ou profissional que se deseja formar, bem como os caminhos possíveis, considerando a diversidade da sociedade e do conhecimento, nos contextos local e global, entre outros aspectos relevantes para área. Também, esses momentos podem ser utilizados para definição dos indicadores de desempenho a serem priorizados.

A Área considera importante, cada vez mais, os programas seguirem seus egressos, de forma a identificar a inserção profissional e a nucleação produzida por eles. Pode ser útil acompanhar os resultados de suas pesquisas, financiamentos obtidos, inserção em Programas de Pós-graduação e no mercado de trabalho, orientação de alunos realizada, entre outras atividades relevantes.